

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

JORDANA PLOTEGHER CRUZ ALBERTASSI

**UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL: PRÁTICAS
SOCIAIS E PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Santa Teresa

2022

JORDANA PLOTTEGHER CRUZ ALBERTASSI

**UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL: PRÁTICAS
SOCIAIS E PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Monografia apresentada à Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Práticas Pedagógicas, do Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus* de Santa Teresa, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Práticas Pedagógicas.

Orientador/a: Robson Celestino Meireles

Coorientador/a: Tiago Dalapicola

Santa Teresa

2022

(Biblioteca Major Bley do Instituto Federal do Espírito Santo)

A333r	<p>Albertassi, Jordana Plotegher Cruz</p> <p>Uma reflexão sobre o papel do assistente social: práticas sociais e pedagógicas na educação ambiental / Jordana Plotegher Cruz Albertassi.– 2022.</p> <p>60f. : il.; 30 cm.</p> <p>Orientador: Robson Celestino Meireles Coorientador: Tiago Dalapicola</p> <p>Monografia (Especialização) – Instituto Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação <i>Latu Sensuem</i> Práticas Pedagógicas. Santa Teresa, 2022.</p> <p>Inclui bibliografias.</p> <p>1. Serviço social. 2. Educação ambiental. 3. Prática social. 4. Prática pedagógicas. Meireles, Robson Celestino. II. Dalapicola, Tiago. III. Instituto Federal do Espírito Santo. IV. Título.</p> <p>CDD 23– 363.7010</p>
-------	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
Autarquia criada pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008

ATA DE DEFESA DE TRABALHO FINAL DE CURSO

1. Via web conferência () Presencial

Ata de Defesa de Trabalho Final de Curso para concessão do Grau de Especialista pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Práticas Pedagógicas do Instituto Federal do Espírito Santo.

Santa Teresa. Data da Defesa: 28 de julho de 2022.

Candidato: Jordana Plotegher Cruz Albertassi

Orientador: Prof(o) DS.c. Robson Celestino Meireles

Banca Examinadora:

Prof(a) DS.c Luciléa Silva dos Reis (membro interno)

Me. Andressa Lemos Fernandes (membro externo)

Título do Trabalho: Uma reflexão sobre o papel do assistente social: práticas sociais e pedagógicas na educação ambiental.

2. **Hora de Início:** 14:00

Link da apresentação virtual: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/robson-celestinomeireles>

Em sessão pública, após exposição de cerca de 20 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca, tendo como resultado:

() APROVAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE CURSO POR UNANIMIDADE

(x) APROVAÇÃO SOMENTE APÓS SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS QUE

CONSTAM NA FOLHA DE MODIFICAÇÕES NO PRAZO FIXADO PELA BANCA (NÃO SUPERIOR A TRINTA DIAS)

() REPROVAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE CURSO

NOTA DA BANCA: 90

3. **RESULTADO:** Aprovado

Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros da banca via SIPAC.

Santa Teresa. Data da Defesa: 28 de julho de 2022.



Emitido em 06/04/2023

ATA Nº 14/2023 - STA-DPPGE (11.02.29.07)

(Nº do Documento: 8)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/04/2023 15:11)

LUCILEA SILVA DOS REIS
PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO

STA-CCA (11.02.30.08.02.03)

Matrícula: 1612379

1. (Assinado digitalmente
em 06/04/2023 14:16)

ROBSON CELESTINO MEIRELES

COORDENADOR - TITULAR

STA-DPPGE (11.02.29.07)

Matrícula: 1612390

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **8**, ano: **2023**, tipo:

ATA, data de emissão: **06/04/2023** e o código de verificação: **9906726d03**

3

2. ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

1. **ANDRESSA LEMOS FERNANDES**

GERENTE SETORIAL

GEDUC - IDAF - GOVES

assinado em 10/04/2023 09:01:43 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 10/04/2023 09:01:43 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3) por
ANDRESSA LEMOS FERNANDES (GERENTE SETORIAL - GEDUC - IDAF - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-R3DZCX>

RESUMO

O presente trabalho é uma reflexão sobre as práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais no campo da educação ambiental, buscando discorrer sobre a inserção deste profissional e os desafios que lhes são postos no enfrentamento da degradação da natureza. Para tanto, fez-se necessário contextualizar os debates e rumos da educação ambiental, bem como a importância de uma reflexão teórica, política e ética a ser conduzida pelos educadores. Realizou-se o levantamento de publicações e a sistematização das ações efetivadas pelos assistentes sociais na educação ambiental. Ainda, propôs a elaboração de um projeto de intervenção junto aos estudantes do curso técnico de agropecuária a fim de torná-los multiplicadores ambientais a partir de uma visão crítica.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação Ambiental. Prática Social. Prática Pedagógica.

ABSTRACT

The present work is a reflection on the practices developed by social workers in the field of environmental education, seeking to discuss the insertion of this professional and the challenges they face in facing the degradation of nature. Therefore, it was necessary to contextualize the debates and directions of environmental education, as well as the importance of a theoretical, political and ethical reflection to be conducted by educators. A survey of publications and the systematization of actions carried out by social workers in environmental education were carried out. Still, it proposed the elaboration of an intervention project with the students of the agricultural technical course in order to make them environmental multipliers from a critical point of view.

Keywords: Social Work. Environmental Education. Social Practice. Pedagogical Practice.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 O PESQUISADOR E SEU CONTEXTO.....	10
1.2 APRESENTANDO A PESQUISA.....	11
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.4 JUSTIFICATIVA.....	12
1.5 HIPÓTESES.....	14
1.6 OBJETIVOS.....	14
1.6.1 Objetivo geral.....	14
1.6.2 Objetivos específicos.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 TENDÊNCIA PEDAGÓGICA NA PROPOSTA DE PESQUISA E INTERVENÇÃO....	16
2.2 TEORIA DE APRENDIZAGEM.....	19
2.3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA PESQUISA.....	21
2.4 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	22
2.5 SERVIÇO SOCIAL, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	27
2.6 PROPONDO UMA TECNOLOGIA EDUCACIONAL A SER UTILIZADA NA PESQUISA.....	32
3 METODOLOGIA.....	35
3.1 LOCUS E SUJEITOS DA PESQUISA.....	35

3.2 CAMINHOS DA PESQUISA.....	35
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E PRODUÇÃO DE DADOS.....	36
3.4 METODOLOGIAS DE ANÁLISE DE DADOS.....	36
3.5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.....	37
4 UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS SOCIAIS E PEDAGÓGICAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO AMBINETAL.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos meios humanos que garantem aos sujeitos, por maior que seja o estado de miséria material e espiritual e os limites de opções dados pelas condições de vida, o sentido de realização ao atuar na história modificando-a e sendo modificados no processo de construção de alternativas ao modo como nos organizamos e vivemos em sociedade.

(LOUREIRO, 2005, p. 1490)

O trabalho ora apresentado é uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e sociais desenvolvidas pelos assistentes sociais na política de Educação Ambiental. Os desafios a serem superados pelos educadores diante a necessidade de alcançar uma sociedade mais sustentável perpassa pela intervenção na realidade (social, econômica, cultural, entre outras) abraçando diversas áreas da vida, realizada seja por atividades técnicas como educativas. Portanto, este trabalho tem como referência o compromisso ético na sistematização da prática profissional contribuindo na construção de novos caminhos.

Ora, os princípios da educação ambiental perpassam pela necessidade do ser humano se reconectar com a natureza, uma vez que ambos são compreendidos como parte de um todo. Assim sendo, compreende-se que a Educação Ambiental faz interface com outras áreas do saber e requer a intervenção de diferentes profissionais. Neste mesmo sentido, conclui-se que os rebatimentos da degradação ambiental no campo social trazem à tona a intervenção pedagógica do Serviço Social na política de educação ambiental em espaços formais e não formais de ensino.

O tema de pesquisa escolhido visa contribuir para a atuação profissional no Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) e desenvolver estratégias educativas. A aproximação com a área a partir da atuação profissional da autora no Idaf provocou reflexões quanto aos desafios na execução de ações pedagógicas e sociais, bem como no desempenho do educador ambiental e suas escolhas teóricas, metodológicas e políticas. Neste sentido, para tecer este trabalho foi necessário realizar uma discussão teórica sobre práticas pedagógicas, teorias da aprendizagem, educação ambiental e relação entre Serviço Social e Meio Ambiente.

Ao compreender que a teoria não pode ser desassociada da prática realizou-se em um segundo momento um estudo bibliográfico sobre as práticas sociais e pedagógicas desenvolvidas pelos assistentes sociais na área de educação ambiental por meio de levantamento de artigos nas

principais plataformas de produção acadêmica. E a apresentação de um projeto de intervenção junto as estudantes do curso de Agropecuária do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) visando torná-los multiplicadores.

Utilizando as palavras de Loureiro (2005), citada no início deste trabalho, defende-se uma educação ambiental que promova um senso crítico e habilidades para que os indivíduos intervenham na realidade, modificando-a e transformando suas condições de vida. Espera-se a longo deste texto percorrer um caminho de descobertas no campo do Serviço Social e que a atuação deste profissional promova a emancipação e o reencontro da relação indissociável entre seres humanos e natureza.

1.1 O PESQUISADOR E SEU CONTEXTO

Ao discorrer sobre a educação Saviani (2012) esclarece que ela é própria dos seres humanos. Em outras palavras pode-se afirmar que transmitir conhecimentos e propiciar a aquisição de habilidades são essenciais para a sobrevivência da vida humana. Portanto, durante a trajetória escolar e formação profissional, etapas nas quais a autora deste trabalho estava desenvolvendo uma visão crítica e uma apreensão mais profunda da sociedade, as questões sobre o processo de ensino e aprendizagem a inquietaram.

Vale mencionar, a passagem em escolas públicas (municipal, estadual e federal) durante todo caminho percorrido para a formação profissional, sendo relevante contextualizar que o ensino básico e público enfrenta diversos desafios, desde a escassez de recursos materiais e humanos aos diferentes fatores sociais que influenciam o processo de ensino e aprendizagem. Ao educando inserido nessas instituições cabe a missão de ultrapassá-los para enfim adquirir uma formação profissional e educacional que o proporcione olhar com criticidade a sociedade no qual está inserido para então poder modificá-la.

Portanto, a experiência de uma escola pública instigou a compreender mais o processo educativo e desenvolveu uma inquietação por investigar e intervir nas questões sociais, muitas delas refletidas nas instituições de ensino.

Logo, a primeira opção de curso de graduação foi o Serviço Social, concluído em 2010 pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o que desenvolveu uma visão crítica aliada a experiência investigativa e interventiva sobre a realidade. No ano seguinte, ao ingressar como

assistente social concursada no Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES), observou-se que o processo educativo e sua vertente social faz parte do cotidiano dos profissionais, aproximando-os ainda mais da política de educação. Não obstante, nesta etapa iniciou-se os passos lecionando em formações iniciais e continuadas na área de atuação, requerendo o aprofundamento no planejamento de aulas e desenvolvimento de metodologias educativas.

As inquietações advindas da trajetória educacional, associada o perfil investigativo e a inserção no mundo do ensino e aprendizagem, levou a conclusão do curso de Licenciatura em História pela UFES em 2019, o qual contribuiu para aperfeiçoar os conhecimentos pedagógicos e formação como docente.

Atualmente exerce as atividades profissionais no Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), impondo o desafio de atuar com a educação ambiental e sanitária. Essa nova realidade requer o desenvolvimento de estratégias educativas e novas metodologias para que o Serviço Social efetive ações junto aos produtores rurais e instituições parceiras (ex. sindicatos, instituições de ensino, etc.).

Diante do exposto, observa-se que o caminho percorrido culminou na necessidade de estudar as práticas sociais e pedagógicas que são desenvolvidas pelos assistentes sociais aliando essa atuação ao campo de Educação Ambiental e a transformação de uma sociedade em esgotamento.

1.2 APRESENTANDO A PESQUISA

A educação ambiental ainda é um campo de atuação tímida para o Serviço Social, constituída pela inserção de um número reduzido de profissionais da área, conseqüentemente de sistematização da prática e produção científica. Por outro lado, o Serviço Social enquanto profissão que intervém na realidade social faz uso de uma prática com cunho pedagógico a fim de desenvolver em seu público uma visão crítica e autônoma.

Diante deste contexto, buscou-se com esta pesquisa realizar um estudo sobre as práticas sociais e pedagógicas desenvolvidas pelos assistentes sociais na área de educação ambiental por meio de levantamento bibliográfico nas principais plataformas de produção acadêmica. O tema de

pesquisa escolhido visa contribuir para a atuação profissional no Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) e desenvolver estratégias educativas.

Cabe esclarecer que no órgão são realizadas ações de educação ambiental pautada no Plano Institucional de Educação Ambiental e Sanitária, com a intencionalidade de ampliação a fim de satisfazerem a demanda do Instituto. Isto requer um empenho maior de recursos destinados para este fim, bem como a formação dos profissionais nos diferentes setores para contribuírem na expansão das ações educativas.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

A inserção da autora no Idaf, enquanto assistente social, suscitou a necessidade de trabalhar algumas questões que estão apresentadas no Plano de Educação Sanitária e Ambiental (2019 – 2022). O referido documento revela que existe o desejo dos profissionais do Idaf em atuar em diversas instituições de ensino, carecendo de formação específica para tal.

Ainda, coloca-se como desafio a necessidade de que os produtores rurais desenvolvam seu senso crítico e valores relativos à defesa agropecuária e ambiental, bem como da saúde coletiva (IDAF, 2019 -2022). Para tanto, faz-se necessário a execução de ações educativas e o aprimoramento da atuação do assistente social na educação ambiental e sanitária.

Considerando que o campo de atuação no Idaf é amplo, neste trabalho pretendeu-se restringir o debate a relação do Serviço Social com a educação ambiental. Portanto, pode-se questionar quais ações o Serviço Social tem desenvolvido no âmbito da educação ambiental? Como tem-se efetivado a atuação deste profissional nessa área?

Para responder as inquietações postas realizou-se o levantamento de publicações científicas a fim de sistematizar as ações efetivadas pelos assistentes sociais na educação ambiental e propôs-se a elaboração de um projeto de intervenção junto aos estudantes do curso técnico de Agropecuária a fim de torná-los multiplicadores ambientais a partir de uma visão crítica.

1.4 JUSTIFICATIVA

A década de 1970, compreende, no Brasil, um marco no que se refere as ações voltadas a educação ambiental, sendo no ano de 1973, criada na esfera federal a Secretaria Especial do

Meio Ambiente. Já neste momento, a temática encarrega-se a defender uma vertente socioambiental, compreendendo o meio ambiente em sua relação com o econômico, social e o cultural. Posteriormente com a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938/1981, sugere-se a inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino visando a participação ativa dos indivíduos na defesa da natureza.

Nas próximas décadas, as normativas legais no campo da educação agregaram a educação ambiental em seus textos e novas ações foram implementadas no intuito de colocar em pauta o tema frente a aceleração da industrialização, crescimentos dos centros urbanos e degradação do meio ambiente pela humanidade.

O debate em questão se propõe a superar propostas ecologistas de transmissão de conhecimento, questionar conceitos e metodologias pedagógicas que não correlacionavam os impactos ambientais aos fatores sociais e econômicos presente no modelo de produção capitalista. Sendo assim, pretendeu-se formar cidadãos críticos, multiplicadores de um posicionamento político reflexivo quanto ao futuro do planeta.

Tomando como referência o Plano de Educação Ambiental e Sanitária do Idaf, enfatiza que

[...] a Educação Ambiental atua em dois grandes campos da educação: a formal, desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas; e a não-formal, realizada com o público não-escolar e voltada para a sensibilização da sociedade quanto às questões ambientais e a sua participação na defesa do meio ambiente (IDAF, 2019-2022, s/p).

No Idaf, a educação ambiental tem por objetivo a conscientização da sociedade quanto à defesa agropecuária, a promoção da saúde e a preservação ambiental (IDAF, 2019-2022). Para tanto, é imprescindível sensibilizar e qualificar o produtor a intervir no meio ambiente, levando em consideração uma nova ética ambiental.

Assim, faz-se necessário aos profissionais que atuam na educação ambiental aliar ações educativas às estratégias pedagógicas de intervenção junto ao público-alvo, seja ele o agricultor, o proprietário de imóvel rural, as instituições que prestam serviços a eles e os profissionais da área ambiental.

A proposta educativa requer uma equipe interdisciplinar na qual pode ser inserido o Serviço Social. O assistente social, portanto, é um profissional que intervém nas questões sociais, entre elas a ambiental, de forma política, ética, técnica e educativa. Nesse sentido, cabe a ele desenvolver estratégias e metodologias de trabalho que contemple a participação social e ações educativas.

Por outro lado, o meio ambiente não compreende uma área privilegiada de inserção do assistente social e conseqüentemente a incorporação deste profissional ainda é tímida com pouca produção teórica. Portanto, esta pesquisa pretendeu sistematizar informações quanto a atuação do Serviço Social no âmbito da educação ambiental e suas estratégias de intervenção educativa junto à população.

Desejou-se compartilhar as ações já desenvolvidas e se propôs-se a contribuir na construção de novas metodologias de trabalho, incorporando ao fazer profissional outras práticas pedagógicas que possam auxiliar na intervenção social.

1.5 HIPÓTESES

Sabe-se que o espaço privilegiado de atuação do assistente social compreende o planejamento e execução de políticas públicas. Sendo assim, com o agravamento das questões ambientais, o assistente social tem composto equipes para realizar ações educativas que visam conscientizar a população sobre os prejuízos ambientais causados pela intervenção do ser humano associado ao atual modelo econômico, bem como estratégias de sustentabilidade.

Diante deste contexto, percebe-se que a atuação do serviço social ainda é acanhada, e sua relação com as ações educativas requer maior conhecimento teórico e técnico que contribua para o aprimoramento profissional. Carece a este profissional maior delimitação de suas atribuições e estratégias de intervenção na educação ambiental.

1.6 OBJETIVOS

1.6.1 Objetivo Geral

Conhecer as estratégias sociais e pedagógicas do Serviço Social na educação ambiental.

1.6.2 Objetivos Específicos

- Compreender o processo educativo do Serviço Social no âmbito da Educação Ambiental;
- Desenvolver estratégias de atuação profissional com a educação ambiental em espaços formais e não-formais;

- Colaborar para aperfeiçoar as metodologias e ações desenvolvidas no Idaf;
- Contribuir para a conscientização e qualificação da população quanto a ações sustentáveis evitando medidas coercitivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando que o alcance do objeto de pesquisa requer dialogar com temas transversais foi imprescindível discorrer neste trabalho sobre educação ambiental e práticas pedagógicas. Sendo assim, para o primeiro utilizou-se como referência: Ramos (1996), Guimarães (2007), Garcia e Tannous (2008), autores que atenderam as especificidades teóricas do tema abordado. Na contextualização das práticas pedagógicas valeu-se, para promover o debate, os trabalhos de Hubner (2021), Gadotti (1995), Libâneo (1990), Neto (2021), Saviani (2011 e 2012), entre outros.

Não obstante, visando desenvolver o assunto escolhido para a pesquisa, discorrendo sobre o Serviço Social e o meio ambiente utilizou-se as contribuições teóricas de Abreu (2009), Carmem (2009), Mascarenhas (2021), Freitas, Nélsis e Nunes (2012), Silva (2008). Autores que contribuíram para desvelar as práticas pedagógicas no Serviço Social e sua atuação na política de Educação Ambiental.

Cabe destacar que outros autores foram utilizados e que sem suas contribuições teóricas seria impossível concretizar esta jornada de estudos. Assim, nos capítulos que seguem discorre-se sobre os temas relevantes para tecer este trabalho: tendências e práticas pedagógicas, uso de tecnologias na educação, meio ambiente e Serviço Social.

2.1 TENDÊNCIA PEDAGÓGICA NA PROPOSTA DE PESQUISA E INTERVENÇÃO

Ao dialogar sobre as escolhas metodológicas não se pode deixar de mencionar que mesmo quando o educador elege uma tendência pedagógica é possível que ele faça uso de referenciais pedagógicos de mais que uma teoria educacional (HUBNER, 2021). Em outras palavras, é difícil no cotidiano profissional adotar apenas uma das teorias pedagógicas, isto porque o educador é constantemente influenciado pelas escolhas advindas de sua experiência de vida, de sua formação profissional, instituição no qual atua, por diferentes fatores sociais, culturais, etc., no qual se relaciona.

Neste sentido, considerando as experiências, formação educacional e profissional da autora, a perspectiva pedagógica que contempla a proposta ora apresentada é a Pedagogia Crítica, uma vez que ela se pauta em uma abordagem progressista na qual segundo Neto (2021, p. 34) "[...] designa as tendências que analisam criticamente as realidades sociais e sustentam as finalidades

sociopolíticas da educação". Portanto, este trabalho pautou-se na referida linha teórica, podendo o leitor, em outros momentos visualizar elementos de outra tendência na prática profissional, conforme já esclarecido por Hubner (2021).

Diante disto, pode-se tomar emprestado algumas definições de Rodrigues (2001) e Saviani (2012) sobre a educação. O primeiro afirma que o processo educativo ocorre pela necessidade de se formar o ser humano, pois ao nascer, ele não se define como tal. Significa transformá-lo para o convívio social e para a constituição de sua própria identidade. Espera-se que o ser humano tenha a capacidade de se relacionar com o mundo, com os outros, superar suas necessidades e mudar o que está ao seu redor.

Para Saviani (2011) educar significa a produção em cada indivíduo da humanidade que é construída historicamente pelos homens no qual deve-se existir a descoberta das formas adequadas de desenvolvimento do trabalho pedagógico através da organização dos meios, como o conteúdo, tempo e procedimentos.

Partindo de uma reflexão não conservadora cabe discorrer sobre o pensamento Pedagógico Crítico. Assim sendo, ele se insere nos estudos sobre as teorias consideradas progressista, ou seja, que tende a discutir a educação a partir de uma crítica as realidades sociais. Moraes (2021) divide a tendência pedagógica progressista entre: libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos. Contudo, para uma melhor organização deste texto classifica-se este conjunto de vertentes como Pedagogia Crítica, conforme nos faz Neto (2021).

Diante o exposto, o pensamento pedagógico crítico entende que só é possível compreender a educação por meio dos seus condicionantes sociais e busca demonstrar o quanto ela reproduz a sociedade capitalista, dividida em classes sociais. Assim, a escola é o local de interesses políticos, econômicos e culturais (GADOTTI, 1995).

Para Saviani (2012) educação e política mantem uma relação estreita, de dependência e só pode ser entendida enquanto manifestações sociais determinadas. Portanto, a importância política da educação consiste na função de socialização do conhecimento. Essa tendência enxerga o ensino como uma atividade crítica, libertadora e autogestionária no qual "o papel primordial da escola é difundir conteúdos vivos, claros, palpáveis e indissociáveis das realidades" (MORAIS, 2021, s/p, Apud, SAVIANI, 2010, p. 419).

Neste sentido, deve prevalecer a humanização dos educadores e educandos, sendo que os professores exercem uma prática reflexiva, consciente sobre o processo de ensino e

aprendizagem e o contexto no qual ele se insere com o intuito de formar sujeitos autônomos e emancipados (NETO, 2021). Assim, as metodologias de ensino e avaliação são pautadas numa prática docente autônoma, crítica, intelectual e colaborativa visando dotar os educandos de meios para a transformação da sociedade.

Os conteúdos por sua vez, não são estáticos, mas estão em constantes movimentos dialéticos. Eles são construídos a partir das experiências humanas, sendo mediado e problematizado pelos educadores (NETO, 2021). Dialogando com o autor os conteúdos são universais e culturais, representando os saberes historicamente acumulados, que devem ser associados a realidade do estudante, refletidos criticamente em contraposição de metodologias que implicam apenas na assimilação e transmissão do conhecimento.

Ao utilizar o Pensamento Pedagógico Crítico na prática educativa colabora-se por incentivar uma reflexão crítica sobre os conteúdos na vida dos estudantes e em sua realidade social. Além disso, permite atribuir um papel autônomo ao educador e ao educando no processo de ensino. Ressalta-se que essa tendência pedagógica se propõe a ultrapassar os muros da escola e valoriza a construção do conhecimento em espaços não formais, incorporado metodologias de ensino para adultos e outros grupos sociais que não tiveram acesso à educação. Essa última abordagem tem como principal representante o educador Paulo Freire.

Apesar de nos permitir uma abordagem mais autônoma, crítica e transformadora da realidade cujos conteúdos devem ser problematizados, a tendência pedagógica crítica apresenta seus limites. Saviani (2012) esclarece que os principais julgamentos a essa tendência estão no fato de a teoria crítica ser inserida em uma sociedade burguesa e na prática encontra dificuldade de articular a educação com as transformações sociais. Ainda assim tende a reduzir a função da escola a reprodução das relações de produção, mascarando os determinantes materiais existente na sociedade capitalista.

Saviani (2011) por outro lado aponta a necessidade de superar essas dificuldades e apresenta em seus estudos novas propostas para efetivar o processo educativo crítico a partir da discussão sobre a dialética. Nas palavras do autor “a pedagogia histórico-crítica vai tomando forma à medida que se diferencia no bojo das concepções críticas; ela diferencia-se da visão crítico-reprodutivista, uma vez que procura articular um tipo de orientação pedagógica que seja crítica sem ser reprodutivista [...]” (SAVIANI, 2011, p. 57).

No contexto da educação ambiental Loureiro, Novicki, Tozoni-Reis e Trein (2009, p. 89) discorre que a teoria histórico-crítica de concepção da sociedade corrobora

[...] como proposta de apropriação crítica de saberes que garantam condições de realizar práticas sociais sustentáveis, do ponto de vista social e ambiental. Então, a pedagogia crítica para a educação ambiental articula a concepção de educação como processo de formação humana onilateral com a concepção de ambiente pautado nos aspectos sociais, históricos e políticos, o ambiente compreendido como concreto pensado, como “síntese de múltiplas determinações” [...].

Essa teoria pautada nas interpretações do materialismo dialético, ainda como aponta Loureiro, Novicki, Tozoni-Reis e Trein (2009) contribui para a construção de cidadãos reflexivos e emancipados, capazes de promover mudanças nas realidades sejam elas ambientais, culturais ou sociais que são reproduzidas pelo capitalismo.

2.2 TEORIA DE APRENDIZAGEM

Ao discorrer sobre as teorias da Aprendizagem compreende-se que elas são resposta dadas pela ciência aos problemas encontrados no cotidiano das instituições de ensino, como aponta a professora Hubner (2021). Contribui para adquirir uma visão mais crítica sobre as diferentes teorias, aperfeiçoando o processo de ensino/aprendizagem nos espaços no qual atua o educador. Não obstante, nos faz refletir sobre a prática cotidiana e questionar as escolhas metodológicas já realizadas.

Assim sendo, mesmo compreendendo que a escolha de uma teoria da aprendizagem não é suficiente para explicar as complexidades do sujeito psicológico e que na prática o educador depara-se relacionando com os diferentes modelos, este trabalho identifica-se com a abordagem socio-interacionista de Vygotsky. Também denominado de sócio-histórico no qual o conhecimento está na interação entre sujeito e objeto de forma ativa.

É imprescindível destacar que existe um debate sobre qual modelo epistemológico se encaixaria as ideias de Vygotsky. Contudo, não foi possível neste texto discorrer sobre esta questão. Portanto, abordar-se nas próximas linhas as características e o porquê da escolha desse modelo de estudo do desenvolvimento da aprendizagem.

A proposta de Vygotsky traz à tona o fator social e cultural como determinantes para o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, seus estudos defendem que o indivíduo aprende na interação entre parceiros e o meio social. Ao discorrer sobre o desenvolvimento da inteligência

um grupo de pesquisadores afirmam que ela é um processo relacional entre indivíduos, construindo e organizando juntos suas ações no meio físico social, o que afirma a construção da aprendizagem na relação com o outro e o meio físico (LIMA, 1990).

Portanto, Vygotsky se contrapõe ao entendimento de que a aprendizagem é apenas a aquisição de informações que devem ser transpostas pelo educador ao educando. Ao considerar esse processo como interno, ativo e interpessoal, o autor trouxe para o debate a aprendizagem por meio da linguagem. A linguagem, por sua vez, constituiu um fator importante para o desenvolvimento do ser humano contribuindo para efetivar suas interações com outros indivíduos e o meio, portanto um sujeito ativo (DAMIANI; NEVES, 2006).

Nessa teoria é importante destacar sobre o processo de apropriação entendido como a reprodução pelo indivíduo das características, faculdades e modos de comportamento formados historicamente. Sendo assim, o ensino escolar é muito importante, uma vez que proporciona intervenção intencional do educador no intuito de garantir a apropriação do patrimônio cultural humano-genético, promovendo o desenvolvimento psíquico na criança. Ao professor cabe dirigir o processo de ensino e aprendizagem, sendo que inicialmente há uma desigualdade na relação entre ele e o estudante que deve ser superada (EIDT; PASQUALINI, 2013).

Considerando o que já foi exposto, a identificação com os estudos de Vygotsky está na compreensão de que a aprendizagem é construída pela interação entre os sujeitos e o meio. A aquisição de conhecimento pelo indivíduo será influenciada pela sua realidade, suas relações sociais, suas experiências e o modo como ele interpreta a influência dos múltiplos fatores sociais. Sendo assim, a aprendizagem não é possível somente pelo desenvolvimento biológico do sujeito.

Esse modelo nos permite pensar ensino a partir do uso de diferentes métodos didáticos, realizando a interlocução entre os conteúdos e conhecimentos sistematizados com a realidade de cada estudante. Portanto, é a partir dessa concepção que se compreende o educando como sujeito ativo do processo de ensino, favorecendo sua participação e construção coletiva do conhecimento.

O socio-interacionismo nos faz refletir sobre a possibilidade de trabalhos coletivos e proporciona a efetivação de atividades entre estudantes com diferentes níveis de competência. Para tanto é imprescindível que o educador esteja constantemente repensando sua prática a partir das necessidades do educando. As teorias de Vygotsky têm sido utilizadas também para

a compreensão da educação especial, uma vez que favorece a compreensão das questões impostas por esses sujeitos e a utilização de alternativas educacionais.

Apesar das inovações provocadas por Vygotsky e suas contribuições para o campo da educação não pode-se deixar de mencionar que existem limitações no socio-interacionismo. Sendo assim, quando o autor pensa a linguagem como mediadora do conhecimento, ele não considerou as outras formas de comunicação não verbal. Além disso, hoje deve-se pensar nas diferentes fusões culturais e como isso implica na compreensão da cultura como parte do processo de desenvolvimento do sujeito.

2.3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA PESQUISA

Conforme nos aponta Libâneo (1990) a prática educativa que ocorre em diferentes espaços da nossa sociedade é parte integrante das relações sociais, determinada por valores, normas e particularidades da estrutura social na qual está inserida. Portanto, ela não é neutra e sim carregada de diversos significados. Sendo assim, deve-se pensar que essas contradições conjunturais e estruturais estão presentes no nosso fazer profissional seja em sala de aula ou não, uma vez que nele se materializam as práticas pedagógicas.

Como esclarece Souza (2021) a prática pedagógica é influenciada, além das características conjunturais e estruturais da sociedade, pelas relações entre o educador, educando, metodologia, avaliação, concepção de educação e de escola. Portanto, ela não pode ser pensada isolada dos diferentes determinantes existentes em nossa sociedade.

Para Souza, além das modificações expressivas no campo social e cultural, os meios digitais presentes no nosso dia a dia e que permite novas facetas educacionais são evidências que contribuem para a compreensão de aspectos que envolvem a prática pedagógica. A autora ainda complementa que

[...]Em primeiro lugar, é importante considerar a prática pedagógica como parte de um processo social e de uma prática social maior. Ela envolve a dimensão educativa não apenas na esfera escolar, mas na dinâmica das relações sociais que produzem aprendizagens, que produzem o “educativo” (2021, p.2).

É importante ressaltar que a prática pedagógica possui diferentes direcionamentos, podendo ser reprodutiva de um modelo de ensino ou produzir conhecimentos de modo colaborativo e ativo. Dentre as duas abordagens, a segunda proposta nos permite o uso de metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem.

No projeto de intervenção proposto observa-se que a prática pedagógica que a contempla é a aprendizagem baseada em projeto no qual se pretende o engajamento dos estudantes em problemas reais. Segundo Cotonhoto a aprendizagem baseada em projetos

[...] propõe a atividade prática como mola propulsora do processo ensino e aprendizagem. Ao invés de explicar todos os detalhes de uma atividade, o aluno é convidado a participar de ações reais para o desenvolvimento da competência a ser trabalhada (2021, s/p).

Nela o educador instiga os estudantes a partir de questionamentos a planejar e executar um projeto de modo a alcançar resultados que explique questões de sua realidade. Propõe, então, um trabalho coletivo, desenvolvimento de iniciativas dos estudantes e apresentação dos resultados. Sendo assim, o projeto de intervenção pretendeu levar os educandos a elaborarem propostas de conscientização da sociedade sobre a degradação do meio ambiente e uso dos recursos naturais de modo sustentável de forma reflexiva. Para tanto, eles deveriam estudar e gravar um podcast sobre diferentes ações potencialmente destruidora da natureza e quais soluções podem ser dadas, bem como posteriormente divulgar esses trabalhos.

2.4 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao contextualizar a evolução histórica da educação ambiental (E.A.) pode-se afirmar que o tema passa a ser debatido em escala mundial nas décadas de 1950 e 1960 a partir da evidência do ritmo acelerado da industrialização na sociedade moderna e as consequências para o meio ambiente. Somado aos protestos no pós-guerra dos grupos marginalizados que levantaram a bandeira pelos direitos dos trabalhadores, das mulheres, entre outros, o marco de alerta para as questões ambientais foi a publicação do relatório do Clube de Roma. Este documento trouxe à tona a ameaça do esgotamento dos recursos naturais, crescimento populacional e a degradação ambiental.

Diante do cenário, a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (Suécia) no ano de 1972. A conferência de Estocolmo reuniu especialistas e governantes de 113 países, além de organizações não-governamentais, para discutir as questões ambientais. Ramos (1996) esclarece que já neste momento demonstrava a gravidade da poluição nos países desenvolvidos e a necessidade de alertar os países de “terceiro mundo” que ainda não haviam passado pelo processo de intensa industrialização.

No entanto, as divergências econômicas levaram as nações não industrializadas, como o Brasil, a defenderem o desenvolvimento visando a superação do atraso e da pobreza. Por outro lado, os países desenvolvidos, por meio da ONU, reforçam a necessidade de implementação de programas e propostas como suporte teórico e técnico em prol da redução dos impactos ambientais. Como resultado foram criados órgãos ambientais e normativas legais que orientasse a luta pela preservação da natureza (RAMOS, 1996).

O debate sobre a relação entre ser humano e natureza trouxe pela primeira vez a importância de se implementar ações de educação ambiental em âmbito internacional. Ramos (1996, p. 03) nos aponta que neste contexto “Desde a década de 70 a educação ambiental tem sido tratada como uma tábua de salvação para os problemas ambientais produzidos pela sociedade industrial moderna [...]”.

Desde então o movimento em prol da educação ambiental ganha força e suscita inúmeros projetos visando implementá-la. Como exemplo foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUM) para disseminar informação e capacitação com enfoque interdisciplinar em espaços escolares e extraescolares, abrangendo todos os níveis de ensino (RAMOS, 1996). Em ordem cronológica ressalta-se os seguintes fatos decisivos na implementação da educação ambiental:

Em 1975, o Seminário Internacional de Educação Ambiental, ocorrido em Belgrado, Iugoslávia, no qual foi redigida a Carta de Belgrado visando nortear uma E. A. interdisciplinar integrando a visão ecológica e antropológica para formação de cidadãos conscientes, preocupados e habilitados para resolver os problemas ambientais. Em seu texto são discutidos também a necessidade de uma formação continuada, reformas na educação, erradicação da pobreza e outros problemas sociais.

Após dois anos, em 1977, a Conferência de Tbilisi trata acerca da educação ambiental e ratifica as propostas apresentadas na Carta de Belgrado. Nela apresenta-se um clima de consenso quanto a emergência na efetivação do tema, estabelecendo os objetivos, finalidades, princípios e estratégias (RAMOS, 1996). Nesta etapa o debate passa a correlacionar os recursos naturais e a dimensão das atividades humanas, ainda com olhar idealizado, sem levar em consideração os diversos determinantes sociais, econômicos e culturais.

Já na próxima década, em 1983, a ONU cria a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento e em 1987 realiza-se em Moscou a Conferência Internacional da UNESCO-

PNUMA com o propósito de avaliar as conquistas e dificuldades na área de educação ambiental. Considerando que pouco havia avançado a Conferência demarcou a importância de se pensar a educação ambiental em conjunto com a realidade econômica, social e ecológica, bem como apresentou um plano de ação para a capacitação de professores em todos os níveis de ensino visando formar indivíduos preparados para a preservação do meio ambiente.

Segundo Garcia e Tannous (2008, p. 188)

Também chegou-se à concordância que a educação ambiental deveria, ao mesmo tempo, preocupar-se em promover a conscientização, transmitir informações, entre outras providências, ou seja, ter como objetivo a modificação do comportamento tanto no campo cognitivo, como afetivo.

Influenciado pelos eventos internacionais, o Brasil promulga a Lei Federal nº 6.938 em 1981 e estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente com o intuito de articular a luta pela defesa ambiental aos demais setores, entendendo que a única forma de promover mudança de atitudes é por meio de uma compreensão ampla. Colaborando com esse instrumento legal, a Constituição Federal de 1988 dedica um capítulo inteiro sobre o tema.

Para tanto, propõe a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino visando a participação ativa dos indivíduos na defesa ambiental. Na prática, pouco se problematizou a respeito entre a comunidade de educadores, demonstrando uma intenção mais ideológica, bem como o teor ainda confuso nas propostas de implementação da E. A.

Não obstante, o Brasil sedia em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92. Organizado pela ONU, o evento se propôs a elaboração de um plano de ação para o século XXI. Além da participação de representantes governamentais contou com a adesão intensa de Organizações Não-Governamentais. Dele saiu o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Garcia e Tannous destaca que dentre os objetivos principais da Rio-92 estavam:

(...) examinar a situação ambiental mundial desde 1972 e suas relações com o estilo de desenvolvimento vigente; estabelecer mecanismos de transferência de tecnologias não-poluente aos países subdesenvolvidos; examinar estratégias nacionais e internacionais para incorporação de critérios ambientais ao processo de desenvolvimento; estabelecer um sistema de cooperação internacional para prever ameaças ambientais e prestar socorro em casos emergenciais (2008, p. 189).

A Rio-92 trouxe à tona a crescente depreciação dos recursos naturais e o não comprometimento das nações desenvolvidas no financiamento de proposta para o Desenvolvimento Sustentável, conceito que ganha notoriedade ao ser defendido como a nova bandeira para o enfrentamento da degradação ambiental.

Ainda no final do século XX pode-se observar a permanência do confronto entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos esvaziando as discussões mais importantes na defesa ao meio ambiente. Neste sentido, até o momento a educação ambiental é influenciada por discursos ecologistas, sendo que a dec. de 60 pautou-se na resolução dos problemas locais e regionais, visando desenvolver no indivíduo um senso crítico sem conseguir correlacionar meio ambiente e desenvolvimento econômico, ou seja, propagando uma visão conservacionista da natureza.

Nas palavras de Ramos (1996) a visão era catastrófica na qual se não houvesse uma mudança dos sistemas produtivos e dos comportamentos dos indivíduos os sistemas naturais entrariam em colapso. Ainda, o foco da resolução das questões ambientais estava nas populações mais pobres procurando identificar no comportamento dos indivíduos as causas da degradação do ambiente. Neste contexto as políticas buscam informar e conscientizar as pessoas sobre suas ações que levavam a degradação ambiental sem conectá-la a debates mais amplos. A autora ao discorrer sobre as implicações ideológicas e metodológicas que embasaram a E.A. nos referidos anos, esclarece que:

Esta tendência coincidiu com as correntes reducionistas que pretendem "ecologizar" as ciências sociais e a educação, reduzindo a perspectiva ambiental a uma compreensão dos equilíbrios dos sistemas naturais (ecossistemas) e, conseqüentemente, soluções técnicas para os desequilíbrios introduzidos pela atividade humana são adotadas. O que, por sua vez, leva a confundir-se educação ambiental com o propósito de se formar uma consciência sobre a destruição do meio físico. O homem, portanto, acaba sendo o "responsável (ou irresponsável)" pelos desequilíbrios naturais (1996, p. 13).

É somente a partir de Moscou que a concepção de meio ambiente passa a ser problematizada com vista a compreender os fatores socioeconômicos como determinantes para o agravamento dos problemas ambientais, apesar da corrente conservadora não pretender mexer nas estruturas econômicas vigentes.

Com a conferência do Rio-92 e já pautando os debates para o século XXI é consenso a necessidade de se alterar o modelo de desenvolvimento que degrade o meio ambiente e a implementação de proposta sustentáveis. No entanto, muitos questionamentos ainda estão em pauta, como por exemplo, qual conceito de desenvolvimento sustentável deve ser aplicado, bem como se a educação ambiental está realmente sendo colocada nas agendas dos governos.

Após 20 anos daquele evento, a ONU realiza em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, com a intenção de propor ações para os próximos 20 anos. A conferência, por sua vez, conclui que a superação dos desafios do desenvolvimento sustentável só é possível com a " [...] necessária mudança de

padrões de produção e consumo, transição a padrões mais sustentáveis que avance com maior ou menor velocidade de acordo com o engajamento do setor produtivo” (ENAP, s/p, 2021b). Observa-se a mudança nos debates com um alerta para a necessidade de intervenção no modelo econômico e nos padrões de consumo, tornando-os corresponsável pela degradação ambiental.

Este avanço é sinalizado também na Assembleia Geral da ONU em 2015 na qual foi elaborado o documento “Transformando Nosso Futuro: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e firmado 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em substituição aos 8 Objetivos do Milênio. Os ODS são trabalhados de modo integrado a partir de movimentos locais para os globais incluindo a temática da igualdade de gênero além de reforçar os já existentes, como a superação da pobreza, entre outras (ENAP, 2021a).

Aliado as novas interpretações sobre a Educação Ambiental, concretizá-la requer conceber os espaços de ensino formais ou não formais como instrumento de transformação. É ainda imprescindível superar a visão ecologista e aliar-se aos demais movimentos que contestam os padrões vigente na sociedade. Nas palavras de Ramos (1996, p. 97)

A questão da educação ambiental é, antes de tudo, a questão da educação, a qual se concretiza na necessidade inadiável da democratização da cultura, no acesso e na permanência na escola e na elevação do nível cultural da população para compreender os avanços científico-tecnológicos de nossa época. Nesse sentido, ela também deve se preocupar com as conseqüências que decorrem da relação do homem com a natureza, e também propor perspectivas de solução para os problemas ambientais que afetam a maioria da população.

Correlacionado os aspectos biofísicos, sociais e culturais que embasam a discussão sobre a educação ambiental, a Política Nacional de Educação Ambiental propõe conceituá-la como:

(...) os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, s/p).

Ela se faz não só pela mudança de comportamentos, mas também como uma proposta política. Portanto, a Educação Ambiental, por meio de diferentes recursos e temáticas visa não só socializar informações que tornem os cidadãos mais conscientes de suas ações frente a questão socioambiental. Pretende-se torná-lo crítico e agente transformador de práticas instituídas com viés econômico. Salvador nos afirma que

Desta forma temos na educação ambiental uma práxis educativa com os objetivos de produzir conhecimentos; consciência crítica e sociopolítica; mudanças de atitudes; mudanças ideológicas; desenvolvimento de novas habilidades com o trato social, político e econômico da questão ambiental e produzir a participação plena e política dos sujeitos em sociedade (2018, p.327).

Deve-se aliar a educação ambiental as demais políticas públicas, visando conscientizar o maior número de pessoas e propondo estratégias de uso dos recursos de modo sustentável, que fomente qualidade de vida e elimine as vulnerabilidades sociais (SALVADOR, 2018).

Para o século XXI os movimentos em prol de uma educação ambiental crítica evocam a importância de discutir conceitos, metodologias e o enfoque idealizado pela qual ela foi alicerçada. Assim, ela não pode ser pensada sem levar em consideração os interesses políticos, culturais, sociais e econômicos dos diferentes grupos. Emerge a necessidade de superar a visão dualista entre ser humano e natureza que visam tratá-los de forma separada e autônoma.

Para Guimarães (2013):

Em uma concepção crítica de Educação, acredita-se que a transformação da sociedade é causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão, educando e educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais e nesse processo se transformam; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas socioambientais, sendo a intervenção nesta realidade a promoção do ambiente educativo e o conteúdo do trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam e estruturam a sociedade são priorizados, significando uma Educação política, a qual nos faz perceber e ser os sujeitos que somos na história (2013, p. 17).

A partir dessa concepção de educação ambiental pretende-se trabalhar a degradação ambiental como um processo provocado pelo modelo de produção econômico e a falta de consciência crítica sobre as consequências de uma relação destrutiva entre ser humano e natureza. Para tanto, carece compreendê-la como uma necessidade social e instrumento que garanta recursos naturais para as futuras gerações.

Guimarães nos aponta, a partir da perspectiva crítica que o processo educativo deve superar a fragmentação entre ensino formal e não-formal, no qual a escola integrada interage com os movimentos existentes na comunidade (GUIMARÃES, 2007). Nesse sentido, pensar educação ambiental é partir do pressuposto que as práticas desenvolvidas devem superar metodologias tradicionais, utilizando os recursos existentes na comunidade e dialogar com novas visões teóricas.

2.5 SERVIÇO SOCIAL, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A QUESTÃO AMBIENTAL

Ao discorrer sobre o exercício profissional do assistente social na contemporaneidade, Guerra (2007) afirma que as transformações no mundo do trabalho, oriundas da crise estrutural do

capital impôs novas demandas a profissão, requerendo diferentes respostas no enfrentamento das diversas expressões da questão social.

Não pode-se desvincular das novas emergências profissionais a necessidade de atuação frente ao colapso ambiental, uma vez que a intensificação da industrialização evidenciou uma crescente destruição da natureza, ocasionando impactos sociais e limitando o uso coletivo do patrimônio natural. Na discussão levantada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) pauta-se que “[...] a exploração intensa destes recursos, sobretudo pelo modo de produção capitalista, imprimiu um cenário de degradação do meio ambiente, de esgarçamento do tecido social e do próprio ser humano” (CFESS, 2012, s/p).

Portanto, as contradições do modelo de produção em massa que imprimem o esgotamento da natureza¹, insere o meio ambiente no bojo de intervenção do assistente social. Não obstante, a profissão tem sido vinculada a defesa de um novo projeto societário que garanta os direitos sociais, equidade, democracia e justiça, sendo ele impossibilitado sem o acesso a uma sociedade que possua os recursos naturais indispensáveis para a sobrevivência das futuras gerações.

É imprescindível destacar que a questão ambiental não pode ser compreendida pelos assistentes sociais de modo desassociado às contradições ocorridas no cerne do modelo de produção vigente², assim como das questões sociais, objeto de intervenção da categoria. Em outras palavras, os debates atuais no Serviço Social entendem que a mesma racionalidade do sistema capitalista que extrai seu lucro na exploração do ser humano é a que mercantiliza a terra a partir da ideia de dominação da natureza. Portanto, neste sistema está a raiz tanto da questão social como da ambiental (SCHONS, 2012).

Nos últimos 12 anos, o conceito de desenvolvimento sustentável propagado a partir da Conferência de Estocolmo tem sido considerado a-histórico, questionado como única solução e insuficiente para responder as demandas da profissão de forma crítica. Freitas, Nélsis e Nunes (2012) ao realizarem um estudo sobre a insustentabilidade do desenvolvimento sustentável imposto pelo capital esclarece que:

¹ Como aponta Silva (2010) os limites da natureza podem ser observados no esgotamento das matérias-primas, baixa produtividade do solo, nas intempéries, na destruição da biodiversidade, na incapacidade do planeta de absorver os dejetos e poluentes resultante na produção de mercadorias.

² Para Silva (2008, p. 119) “[...] As ações de proteção à natureza, desenvolvidas a partir da lógica de reprodução do capital, afetam de forma diferenciada as classes sociais, e são, de grande medida, reveladoras e em muitos casos portadoras de insustentabilidade social”.

Diante do posicionamento dos autores marxistas abordados, verifica-se que a sustentabilidade ambiental requer a construção de um novo modo de produção superior ao capitalismo. Averigua-se que o atual conceito de desenvolvimento sustentável tende a neutralizar a imagem nefasta do capital perante a degradação ambiental por ele provocada, dada a forte alienação entre homem e natureza intrínseca à fratura metabólica identificada por Marx e Engels (FREITAS; NELSON; NUNES, 2012, p. 47).

Por este viés, a crise ambiental manifestada na poluição das águas, queima, desmatamento das florestas, produção de grande quantidade de lixo, entre outros, representa a própria crise do sistema capitalista, evidenciando assim a sua insustentabilidade (FREITAS; NELSON; NUNES, 2012). Contudo, partindo do princípio do conhecimento científico, existem outras abordagens que podem ser realizadas sobre o conceito de sustentabilidade, visualizando novas possibilidades de atuação.

Neste contexto, cabe-nos refletir como discutir educação ambiental e Serviço Social, caminhando em direção a superação da predominância de visões conservadoras e ecologista. Segundo Silva (2008) pode-se identificar duas grandes vertentes ideopolíticas que tratam da questão ambiental: uma, de cunho comportamentalista, vinculada a administração da questão e a adaptação da ordem. A outra realiza a crítica anticapitalista, em busca de uma perspectiva transformadora, de formação de sujeitos políticos com o objetivo de superação de uma dada conjuntura histórica. A segunda vai ao encontro de uma educação ambiental crítica.

Visando qualificar a discussão apresentada até aqui, além dos autores que trazem grande contribuição na área do Serviço Social, cabe-nos apropriar dos debates de Loureiro para discorrer sobre educação ambiental crítica³. Nas palavras do autor, a

[...] Educação Ambiental definida no Brasil a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social (mudança de valores e de padrões culturais associados à ação política e cidadã), inspirada no diálogo, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade. Portanto, de uma Educação Ambiental inserida no escopo das pedagogias críticas que, em termos internacionais, tem em Paulo Freire uma de suas maiores expressões (s/d, p. 01).

Á luz do materialismo histórico-dialético e da perspectiva freiriana, o autor defende uma educação ambiental dialética, emancipadora e transformadora. Para tanto, é imprescindível contestar as estruturas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais alicerçadas na sociedade atual. Requer dos educadores e agentes sociais debruçar-se sobre seu fazer

³ Sugere-se também uma leitura sobre o texto “Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual” de Mauro Guimarães, publicado nos periódicos da Universidade Federal do Pará (vide referências bibliográficas).

profissional visando romper com práticas pedagógicas tradicionais e com a racionalidade dominante.

A educação ambiental, portanto, se insere num campo de disputas, cabendo ao educador a tarefa de discernir “[...] uma concepção ambientalista e educacional conservadora e tradicional de uma educação emancipatória e transformadora, e as variações e nuances que em ambas se inscrevem, problematizando-as, relacionando-as e superando-as permanentemente [...]” (LOUREIRO, 2005, p. 1491).

Pode-se afirmar que o Serviço Social coaduna com a perspectiva apresentada pelo autor citado acima, fazendo uso da categoria emancipação, uma vez que o Código de Ética de 1993 utiliza-se dela como um dos seus valores fundamentais. Neste sentido, Silva, realiza a defesa de uma:

[...] educação ambiental referenciada numa perspectiva emancipatória – ainda que transite no âmbito das ações públicas ou mesmo privadas - realiza-se (ou busca realizar-se) como espaço de luta pela autodeterminação dos sujeitos, pela radical democratização do poder político e da riqueza social e da necessária apropriação social (não privada) da natureza (2008, p.124).

O Serviço Social inscrita como uma profissão interventiva na realidade tem como desafio desvelar a natureza teórica e política das propostas de educação ambiental, analisar os fundamentos de tais formulações e investigar os desdobramentos ideoculturais. Assim, por meio da educação ambiental pretende-se superar as vertentes ecológicas no qual o indivíduo não é compreendido como parte da natureza.

Objetiva-se conscientizar que a natureza não é algo abstrato, idealizado, para enfim alcançar uma educação ambiental: “[...] a partir da qual sujeitos individuais e coletivos se apropriem de sua condição histórica e natural no sentido de romper o fosso entre ser social e natureza, sentido último da alienação a que estamos submetidos” (SILVA, 2008, p. 128).

Constata-se que historicamente o Serviço Social exerceu um papel nos processos de formação e organização da cultura por meio de sua função pedagógica, inscrevendo a prática dos assistentes sociais no campo das atividades educativas formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade (ABREU; CARDOSO, s/d).

Na arena de intervenção observa-se que estes profissionais são chamados a atuar tanto em empresas, organizações não-governamentais e instituições públicas integrados ao processo de construção de uma cultura ambiental. E valendo-se da sua natureza essencialmente pedagógica, no desenvolvimento de ações de caráter educativo e orientador articula-se a defesa da melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições (SILVA, 2008).

Os profissionais da área social se utilizam da mobilização e participação social não só em espaços considerados privilegiados de atuação, como conselhos e de organizações políticas. Seu caráter pedagógico agora é requerido na mediação e construção de uma cultura ambiental, onde estão presentes também as contradições do modelo de produção em massa, do descartável e da sociedade de consumo.

Por outro lado, segundo Silva (2008) as práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais na educação ambiental têm-se voltado para a mediação do conjunto das ações e na formação de uma cultura ambientalista influenciada pelo discurso da preservação da natureza, sem questionar as bases da produção destrutiva. Sendo assim, observa-se a necessidade de subsídios a fim de que a atuação profissional inseria seus questionamentos frente a crise ambiental, aliando a sustentabilidade ao ideário de justiça social, o ecológico ao social.

Assim, faz-se necessário apropriar-se não só do caráter pedagógico, mas também político, enviesado por seus instrumentos técnicos-metodológicos. Reigota, ao destacar a essencialidade da profissão afirma que

A experiência acumulada pelos/pelas assistentes sociais com as camadas excluídas e marginalizadas é de fundamental importância para o desenvolvimento da perspectiva da educação ambiental como educação política, de intervenção, participação e voltada para a construção de uma sociedade justa e sustentável (2009, p.8).

Carmem (2009), alerta para a importância de os profissionais de intervenção social estarem conscientes de sua responsabilidade como educadores ambientais e nos aponta elementos importantes para atuação deste profissional na questão ambiental.

Para tanto, a profissão ao integrar social e ecológico e vice-versa, nas palavras de Carmem Irigalba (2009), deve superar a visão dicotômica das divisões da ciência: separação do ser humano da natureza e do mundo físico do social. Isto porque, a complexidade social não é fragmentada, mas diferenciada, multicausal, interdependente, global e integradora.

A atuação neste campo deve munir-se de recursos, instrumento e ferramentas metodológicas que proporcione a dinamização e facilitação da participação, tais como

[...] a linguagem escrita e audiovisual, pela mídia, de modo a impulsionar uma consciência crítica capaz de desmistificar e desencadear ações coletivas que se contraponham à cultura domesticadora, também difundida pela mídia e outros meios de comunicação; na produção e atualização sistemáticas de acervo de dados relativos às expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, que subsidiem e estimulem ações inovadoras, contrapostas à progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais, decorrente da privatização das políticas [...] (ABREU; CARDOSO, s/d, p.13).

A partir da escolha dos seus referenciais técnicos-operativos e teóricos-políticos, permite-se trabalhar com a participação social na qual o uso da linguagem como ferramenta para transmitir e compartilhar conceitos é utilizada sem reduzir o sentido político da educação ambiental.

A participação social é apreendida na interação social. Isso cria uma cultura de valores democráticos e constitui um modo de relacionar o ser humano com seu entorno, que não é um modo entre outros, mas caminho de busca da alternativa que possibilite o desenvolvimento sustentável (CARMEM, 2009, p. 25).

Ao compor equipes multidisciplinares, mesmo que desafiante, os assistentes sociais possuem a oportunidade de relativizar sua visão sobre dada realidade e complementar os pontos de vistas, agregando as ações de educação ambiental um caráter interdisciplinar, como é sugerido nas instituições de ensino pelo Plano Nacional de Educação Ambiental.

O assistente social se torna mediador entre o ser humano e seu meio, o cidadão e a sociedade, facilitando os processos nos quais a sociedade encontre a alternativa de solução para uma sociedade sustentável.⁴ Em suma, o compromisso profissional com a área remete ao “[...] fortalecimento da articulação com os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012). Para tanto, é impossível pensar a E. A. sem problematizar a integração social, as relações sociais e seus impactos no meio natural.

2.6 PROPONDO UMA TECNOLOGIA EDUCACIONAL A SER UTILIZADA NA PESQUISA

O uso de tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem tem ganhado cada vez mais espaço no planejamento de aulas e projetos educacionais, isto porque a prática pedagógica é compreendida a partir de suas múltiplas dimensões. Além disso, nas últimas décadas as mudanças sociais, econômicas e culturais têm ocorrido em um ritmo no qual mal pode-se acompanhar. Aliado a isto, as novas gerações já nasceram imersas no desenvolvimento tecnológico que nos surpreende com o surgimento de inusitados e variados recursos digitais.

⁴ Por sociedade sustentável, Carmem (2004) defende aquela que incrementa qualidade de vida de maneira justa agora e no futuro.

Segundo Moran (2017) o uso de tecnologias torna a escola mais inovadora e possibilita o uso de metodologias ativas. O referido autor ao descrever o uso de plataformas e tecnologias digitais nos afirma que estas

[...] ampliam as possibilidades de pesquisa, autoria, compartilhamento, publicação, multiplicação de espaços, de tempos. Professores e alunos podem ver o progresso individual e grupal de aprendizagem. Os materiais são atraentes, com muitos recursos típicos dos jogos: fases, desafios, competição, colaboração, recompensas (plataformas adaptativas, ambientes imersivos). O design educacional é cada vez mais decisivo para contar com roteiros cognitivos inteligentes, atividades individuais, grupais e de avaliação interessantes e desafiadoras. Há maior ênfase em recursos abertos, compartilhados gratuitamente. Muitos materiais, aplicativos e experiências em cursos abertos, plataformas digitais dinâmicas (redes) e em comunidades de prática (2017, p.71).

Conforme o exposto por Moran são diversos os recursos e tecnologias que proporcionam novas formas de construção do saber. Entre elas cita-se a criação de animações, quadrinhos, áudios, vídeos, entre outros. Além disso, o professor ou educador poderá valer-se de aplicativos e plataformas a fim de propiciar espaços de aprendizagem fora da sala de aula física, como chats e salas de aulas virtuais. Nelas ele disponibiliza conteúdos, tarefas e avalia os educandos.

Cabe destacar que a inserção de tecnologias digitais não visa substituir outros métodos e recursos de ensino. E sim, agregar novas metodologias que torna a aprendizagem ativa e participativa, desconstruindo a figura do professor como centro do conhecimento e a transmissão de conteúdo como único método de ensinar.

Para além das múltiplas estratégias e metodologias que nos é permitido com o uso de meios digitais, ao incorporá-los na prática pedagógica é possível refletir sobre os conteúdos e objetivos educacionais. Sendo assim, a mudança não impacta apenas nas escolhas metodológicas e técnicas, mas também nas intenções políticas e ética do fazer profissional do educador.

Diante o exposto e visando tornar o conhecimento mais próximo a realidade dos estudantes e do público-alvo do projeto de intervenção sugeriu-se a elaboração de podcast com temas sobre a sustentabilidade ambiental.

O podcast é um recurso utilizado para socialização de informação, discussão de temas e ideias por meio de arquivos digitais de áudio, que tem sido inserido no planejamento educacional. Segundo o Guia Podcast (2019), o termo foi usado pelo jornalista Bem Hammersley para descrever a forma de transmissão de áudio dos agregadores para aparelhos de MP3. Sugere-se que ele tenha tirado o termo da expressão original “broadcasting” que remete a transmissão pública e massiva de informação.

Portanto, ele é apresentado pela fala com um ou mais participantes discutindo um tema em tema que é gravado proporcionando ao ouvinte acessá-lo quando desejar. Por se assemelharem aos programas de rádio ao vivo eles ganham certa dinamicidade e a atenção do ouvinte.

Assim, os podcast se torna um recurso educacional ao se apresentar como ferramenta que proporciona a interação por meio de diferentes níveis de linguagem, disponibilidade da informação e possibilidade de disseminação de conteúdo.

Ainda, conforme aponta o Guia Podcast (2019) pode-se classificá-los em quatro dimensões: expositivo/informativo, feedback/comentário, instruções/orientações e autêntico. Sua duração não deve ser longa, sugerindo que não ultrapasse 1 hora. O podcast pode ser gravado a partir de um roteiro, sendo as etapas sugeridas para sua criação: identificação do público-alvo, criação da pauta (escolha da ou das temáticas), desenvolvimento do guião (roteiro) e construção do descritivo. Também cabe mencionar a importância de inserir uma sonorização adequada e organização das falas quando existir convidados.

São diversos os recursos disponibilizados pelo podcast para a educação, proporcionando acessibilidade, participação ativa entre outros. Por outro lado, ainda é imprescindível que os estudantes tenham acesso, bem como ao professor a formação adequada para o uso de tecnologias digitais, tornando possível ultrapassar as abordagens tradicionais de ensino.

3 METODOLOGIA

O caminho metodológico é guiado por uma série de escolhas tais como, método, instrumentos e técnicas para estar em consonância com os objetivos almejados na investigação. Portanto, os próximos tópicos visam apresentar as escolhas metodológicas utilizadas na pesquisa.

3.1 LOCUS E SUJEITOS DA PESQUISA

Esta pesquisa buscou levantar informações sobre a atuação do assistente social no campo de educação ambiental no Brasil. Para tanto, foram levantados os trabalhos publicados (artigos exibidos em eventos e revistas eletrônicas) entre 2010 e 2020 (10 anos), pretendendo alcançar o maior número de experiências frente a escassez de produções específicas sobre o tema.

Ainda, apresenta uma proposta de intervenção pedagógica junto aos estudantes do curso técnico de Agropecuária do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), sendo um exemplo de ação a ser desenvolvida pelo Serviço Social na Educação Ambiental. Buscando, assim, efetivar uma proposta que vai ao encontro à uma Educação Ambiental crítica.

3.2 CAMINHOS DA PESQUISA

A prática do educador ambiental perpassa pelos diferentes saberes compondo assim uma ação articulada a diversas áreas e profissionais. Partindo desta afirmação, propôs-se inicialmente realizar uma revisão de literatura sobre práticas pedagógicas, educação ambiental e Serviço Social. Afinal, a sistematização sobre o conhecimento já produzido na área do meio ambiente e educação proporciona ao pesquisador um ponto de partida para desenvolver seu estudo.

Visando concluir esta pesquisa, foi utilizada uma abordagem metodológica bibliográfica, que não se trata apenas da compilação de dados, mas da articulação desses dados (FONSECA, 2021). Em linhas gerais, a pesquisa bibliográfica é aplicada em toda pesquisa, a fim de realizar um levantamento daquilo que já foi produzido sobre o tema.

Para além de uma revisão bibliográfica Filho, Rabelo, Sant'ana e Treinta afirmam que o viés exploratório “[...] é caracterizada pela existência de poucos dados disponíveis, em que se procura aprofundar e apurar ideias e a construção de hipóteses (FILHO; RABELO; SANT'ANA; TREINTA, 2014, p. 509). Partindo deste pressuposto é que se utilizou na

presente pesquisa uma revisão de literatura, sistematizando os trabalhos existentes e analisando seu conteúdo na produção de dados e novos conhecimentos.

Ainda segundo Filho, Rabelo, Sant'ana e Treinta

[...] o estudo bibliométrico busca identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele. Parte do princípio de que, ao iniciar-se uma nova pesquisa acadêmica, tudo o que está sendo discutido, publicado e gerado de conhecimento nessa linha de pesquisa deve ser mapeado para a construção do conhecimento a ela relacionado (2014, p. 509).

Utilizando do recurso acima descreveu-se as ações sociais e pedagógicas já realizadas pelos assistentes sociais na política ambiental oportunizando refletir se o projeto de intervenção proposto vai ao encontro das práticas já desenvolvidas na educação ambiental.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E PRODUÇÃO DE DADOS

A coleta de dados utilizou as principais plataformas de pesquisas como o portal de periódicos da Capes, os anais do Encontro Nacional de Assistentes Social e a Revista Serviço Social e Sociedade. Ambas as fontes são reconhecidas nos meios acadêmicos e pela categoria de assistentes sociais. Preocupou-se aqui em utilizar materiais que fossem aprovados por profissionais da área, por isso os anais do encontro e a Revista Serviço Social e Sociedade, entendendo que os trabalhos publicados já passaram por uma avaliação anterior.

Além das fontes utilizadas, valeu-se também de instrumentos para coleta e organização dos dados analisados. Sendo assim, fez-se necessário a construção de planilhas e tabelas que proporcionou uma melhor disposição e separação das informações coletadas. Os dados foram, por sua vez, sistematizados e classificados em categorias.

3.4 METODOLOGIAS DE ANÁLISE DE DADOS

Minayo afirma ainda que “os procedimentos de análise dizem respeito às formas de organização dos dados e os passos empreendidos para a produção de inferências explicativas ou de descrição” (2007, p. 49). Sendo assim, para realizar esta pesquisa foi necessário debruçar-se sobre as informações coletadas, interpretando-as e contextualizando com os debates teóricos existentes.

Após o levantamento dos dados, enumerou-se o quantitativo de produções científicas encontradas, quantas delas tratam da atuação do assistente social na educação ambiental, quais ações são desenvolvidas pelos assistentes sociais, quais práticas e metodologias pedagógicas são utilizadas.

Sendo esta pesquisa quali-quantitativa, além de descrever os dados adquiridos no levantamento bibliográfico, foi oportuno realizar uma explicação e contextualização, buscando aproximar os resultados obtidos a realidade profissional.

Por fim, coube propor um projeto de intervenção que faça do público-alvo protagonista, multiplicadores ambientais, vivenciando na sua prática ações que corroborem com uma relação mais harmônica entre ser humano e natureza. Este projeto tem o assistente social como mediador e pretendeu junto aos estudantes do curso Técnico de Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) elaborar podcast com diferentes temas a serem divulgados nos meios de comunicação (rádio local, whatsapp, etc).

3.5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A educação ambiental como nos propõem as orientações da UNESCO e da Política Nacional de Educação Ambiental (1999) é composta por programas interdisciplinares, ação reflexiva e política sobre a relação do ser humano e a natureza que deve inserir-se em todos os níveis de ensino, não exclusiva de uma disciplina e do sistema educativo formal.

O assistente social, se insere neste contexto como um profissional articulador entre ser humano e meio ambiente por meio de seus processos de organização, mobilização e participação social “[...] de diferentes agrupamentos sociais, a fim de que os mesmos intervenham nos espaços institucionais e para além destes, demarcando, assim, uma atuação democrática que garanta ampla participação dos sujeitos[...]” (SILVA, 2010, p. 131).

No intuito de contribuir com uma educação ambiental dialógica em busca de alternativas democráticas e universalista para a problemática ambiental é que se propõe a mediação do assistente social em instituições de ensino, na organização e execução de projetos de educação ambiental. Observa-se no levantamento realizado sobre a atuação daquele profissional no campo do meio ambiente que ela se faz no planejamento, execução e avaliação de projetos como também na formação de modos de pensar, agir e sentir por meio de atividades educativas.

Diante desta concepção a proposta de intervenção pedagógica pretendeu ser aplicada junto aos educandos do curso técnico de Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), uma vez que como futuros profissionais atuarão próximo a produtores rurais. Na proposta do curso o estudante de Agropecuária deve ter uma formação capaz de elaborar projetos agrícolas rurais. Na sua atuação deseja-se que ele seja um multiplicador de práticas sustentáveis, uma vez que o modelo de produção capitalista se mostrou incapaz de “[...] exercer um domínio adequado e planejado da natureza, revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento” (SILVA, 2010, p. 32).

Aliado a isto almejou-se dar subsídios aos referidos discentes sobre uma educação ambiental crítica capaz de promover a conscientização sobre a degradação do meio ambiente a partir do modelo de produção presente na nossa sociedade. Possibilitando que eles sejam capazes de intervir individual e coletivamente promovendo mudanças nas práticas agrícolas.

No município de Santa Teresa/ES é grande a demanda para a elaboração de projetos ou licenças que contemple a construção de barragens para a reserva de água, corte de árvores seletivo e para fins comerciais, construções e cultivo de lavouras. A intervenção do ser humano por meio dessas ações pode causar prejuízos ao meio ambiente levando a alterações climáticas, escassez de água, entre outros. Portanto, sendo o profissional de agropecuária aquele que elabora ou contribui no planejamento dos projetos em questão torna-se essencial emponderá-lo sobre a necessidade de propor ações sustentáveis junto aos produtores rurais.

Sendo assim, o projeto almejou realizar uma reflexão junto aos estudantes sobre quais ações sustentáveis podem ser inseridas quando o produtor fizer uso dos recursos naturais e como conscientizá-los quanto a degradação do meio ambiente. Como exemplo tem-se a possibilidade de trabalhar ações sustentáveis no uso da água nos projetos de sistema de irrigação, na demarcação, preparação de áreas para produção agrícolas, construções agroindustriais, e na cobrança aos órgãos públicos de políticas que prevejam a preservação e recuperação ambiental.

Pretendeu por meio de parceria já efetivada entre Idaf e instituições de Ensino, em conjunto com a coordenação, eleger uma turma e uma disciplina no qual o projeto pudesse ser executado. Concluí-lo é necessário um encontro presencial, assíncrono e síncrono, sendo que posteriormente deverá ser acompanhado a aplicação do projeto junto aos educandos e comunidade. O encontro presencial almeja apresentar a proposta do projeto e trabalhar o

conteúdo sobre a educação ambiental crítica superando a visão ecologista e a mera reprodução de discursos.

Os estudantes divididos em grupos, elegem uma temática a fim de criar um podcast. Entendendo que a realidade possui múltiplas dimensões, demanda-se que cada grupo realize um diagnóstico sobre os problemas ambientais locais, a fim envolvê-los com a comunidade local, conforme efetivado na experiência do artigo nº 1 (CORDEIRO; NEGREIROS E SILVA, 2016, p. 9/10) analisado neste trabalho. Esta proposta tende a auxiliar os discentes a pensar em respostas a degradação ambiental e um posicionamento crítico ao transpor informações nos áudios gravados.

Após a gravação do material por meio de parceria com as rádios locais se propõem divulgar essas informações inserindo-as na programação desse veículo de comunicação, como também poderá ser disseminado por aplicativos como WhatsApp. Essa proposta coaduna com a afirmação de que

Ter consciência de que os efeitos da degradação ao meio ambiente são prejudiciais à vida humana e à vida do planeta é um passo primordial para que a população cobre dos órgãos responsáveis uma vida em equilíbrio com a natureza e com a sociedade (HIRAI, PONTES, SILVA, 2016, p.10)

Por fim, torna-se importante a sistematização das propostas de ações que podem ser executados junto a população, a serem entregues ao Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Teresa, gerido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando auxiliar na construção da política de educação ambiental no município. Esta atitude representa uma proposta de participação social dos educandos aproximando-os do poder público.

Abaixo segue os quadros sistematizando o planejamento e execução da intervenção pedagógica.

Quadro 1 – Planejamento geral da intervenção pedagógica

Momentos	Data	Descrição	Carga Horária
Momento 1	Encontro Presencial 26/08/2021	Aula para exposição e discussão dos conteúdos que serão trabalhados no projeto de Educação Ambiental	4h

Momento 2	Encontro Assíncrono 26/08 à 09/09/2021	Elaboração do diagnóstico e do podcast pelos estudantes a partir da temática escolhida (ex.: manejo do solo, uso consciente dos recursos hídricos, etc.)	8h
Momento 3	Encontro Síncrono On-line 02/09/2021	Momento reservado para acompanhar o andamento da elaboração do material, retirar dúvida dos estudantes e orientá-los.	2h
	Encontro Síncrono on-line 14/09/2021	Encontro para discutir as estratégias de divulgação, sistematização das propostas de intenção junto a população a ser entregue ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e avaliar a atividade realizada.	2h
Carga Horária Presencial			4h
Carga Horária Assíncrona			8h
Carga Horária Síncrona			4h
Carga Horária Total			16h

Fonte: elaborado por Jordana P. C. Albertassi (2021).

Cabe também ilustrar o desenvolvendo de cada momento proposto acima para melhor planejamento da ação conforme os quadros 2, 3 e 4.

Quadro 2 – Desenvolvimento do Momento 1

Data: 26/08/2021
Tema: Educação Ambiental
Objetivos: Conscientizar os estudantes sobre a importância da educação ambiental e refletir sobre estratégias de intervenção junto ao produtor rural.
Conteúdos

Unidade Didática		Metodologia	Recursos Didáticos	Avaliação	Pontos
1	Apresentação do conceito de Educação Ambiental, importância e estratégias de sensibilização da população. Apresentação da Intervenção Pedagógica	Aula expositiva dialogada	Quadro Branco. Apresentação de slides, imagens e vídeos.	-	-

Fonte: Jordana P. C. Albertassi (2021).

Quadro 3 – Desenvolvimento do Momento 2

Data: 26/08 à 09/09/2021					
Tema: Elaboração de Podcast com temática a escolha dos educandos					
Objetivos: Propiciar a participação dos estudantes em ação de conscientização da população sobre ações sustentáveis no trato do meio ambiente.					
Conteúdos					
Unidade Didática		Metodologia	Recursos Didáticos	Avaliação	Pontos
1	Elaboração de Podcast	Elaboração de grupos para a confecção do podcast	Plataforma digital que permite gravar áudio, editar e publicar	-	-

Fonte: Jordana P. C. Albertassi (2021).

Para o desenvolvimento do momento 3 foi elaborado o seguinte planejamento.

Quadro 4 – Desenvolvimento do Momento 3

Data: 02/09/2021 e 09/09/2021					
Tema: Encontro virtual para debater a proposta e construir estratégias de intervenção					

Objetivos: Propiciar espaço para sanar dúvidas e eleger meios de divulgação dos trabalhos.					
Conteúdos					
Unidade Didática		Metodologia	Recursos Didáticos	Avaliação	Pontos
1	Elaboração de Podcast	Encontro virtual no qual será realizado um bate papo com os estudantes e discussão sobre o andamento dos trabalhos	Plataforma digital de reunião virtual	Será avaliado o empenho e participação dos grupos.	-
2	Elaboração e divulgação do Podcast	Encontro virtual no qual será discutido os meios para divulgação do material produzido e avaliação pelos estudantes da atividade.	Plataforma digital de reunião virtual Uso da plataforma/aplicativo digital para que os estudantes sistematizem as ideias a serem apresentadas aos Conselho Municipal de Meio Ambiente. Slides com a descrição dos possíveis meios de divulgação dos podcast. Também será disponibilizado um link com o formulário do google para avaliação do projeto e da participação dos educandos.	Produção do Podcast; Tema escolhido; Qualidade do material.	Será definido com o professor da disciplina

Fonte: Jordana P. C. Albertassi (2021).

Cabe destacar que devido a instituição do estado de emergência, por meio do Decreto Estadual nº 4593 - R, de 13 de março de 2020, devido a pandemia da COVID-19 não foi possível executar o projeto de intervenção proposto. No entanto, considerando a emergência de instituir ações de educação ambiental no campo do Serviço Social, deseja-se em momento oportuno efetivar parceria junto a instituição de ensino para desenvolver a proposta.

4 UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS SOCIAIS E PEDAGÓGICAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao analisar as produções teóricas sobre o Serviço Social e o meio ambiente no Brasil, Mascarenhas (2021) esclarece que a apreensão da problemática pelos assistentes sociais se dá a partir do momento em que esses profissionais são chamados a atuar em projetos de responsabilidade ambiental e nos processos de avaliação de impacto ambiental, principalmente no setor privado.

Cabe destacar, que em 1992 é realizada a primeira publicação sobre o tema no campo do Serviço Social no 7º Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBASS), ano no qual o Brasil sedia a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92. Influenciada pelos acontecimentos em vigência, inicialmente a profissão inclui o discurso do desenvolvimento sustentável, no qual alia-se crescimento econômico, desenvolvimento humano e qualidade ambiental, tal qual como defendido pelos organismos internacionais.

A partir deste momento as questões ambientais foram integradas progressivamente na área de conhecimento do Serviço Social, de modo transversal, associado a linha de pesquisa “questão agrária, urbana e meio ambiente”. Constata-se que a problemática se apresenta por meio de inquietações sobre os movimentos da realidade ao incidirem em demandas ambientais ao Serviço Social. Nesse sentido, dada a complexidade e as múltiplas expressões relacionadas ao tema, as incoerências advindas da destrutividade ambiental são interpretadas no interior da profissão como “questões ambientais”.

Em seus estudos, Mascarenhas (2021) aponta que embora exista urgência no assunto, a produção teórica ainda é incipiente e existem fragilidades na discussão. Há divergências nos posicionamentos dos profissionais e dificuldade de apreensão dos autores marxistas que discutem sobre a questão ambiental. Conclui-se que é uma área em construção para o Serviço Social, requerendo maior qualificação na análise teórica e coerência quanto a intervenção na realidade social.

Apesar da recente inserção, as divergências teóricas e o limitado campo de atuação dos assistentes sociais nas questões ambientais, a evidência do tema remonta ao agravamento da degradação ambiental nas últimas décadas frente a incapacidade das medidas adotadas pelos mecanismos internacionais e nacionais. Neste sentido, Freitas, Nélsis e Nunes (2012) vislumbram dentro da categoria a emergência de propostas para a superação da crise ambiental que não se restrinja apenas a descobertas de tecnologias limpas e mudanças comportamentais.

Na busca do aprimoramento teórico, da qualificação da atuação profissional e execução de projetos em prol de educação ambiental crítica, concretizou-se neste trabalho a análise de artigos publicados no portal de periódicos da Capes, nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS) e na Revista Serviço Social e Sociedade entre os anos de 2011 e 2021. A eleição destes trabalhos iniciou-se a partir da busca nos campos “título” e “assunto” utilizando como palavras-chaves: Serviço Social, Meio Ambiente e Educação Ambiental.

Quanto aos locais utilizados para o levantamento, a primeira fonte constitui o site da Capes, o qual reúne um número expressivo de pesquisas no âmbito da pós-graduação, disponibilizadas de forma gratuita ao público. Tem entre seus programas o acesso e divulgação da produção científica.

No que se refere aos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS), evento realizado a cada três anos e considerado o mais expressivo na profissão, cabe destacar que só estavam disponíveis para consulta no site o XV e XVI, ocorridos respectivamente em 2016 e 2019. Já a Revista Serviço Social e Sociedade, disponível a partir de 2010 em sua versão online no site da Scielo, se propõe a dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, sendo muito utilizada no meio acadêmico.

Portanto, no primeiro momento optou-se por selecionar os trabalhos que envolviam os temas “Serviço Social e Meio Ambiente” por meio de busca livre ou identificando-os pelo eixo no qual foram classificados no encontro. Isto porque, sentiu-se a necessidade de verificar o quanto a profissão vem dialogando sobre o assunto antes de analisar os trabalhos sobre a educação ambiental. Assim, seria possível visualizar também entre os trabalhos na área quantos tratavam especificamente de educação ambiental. Para melhor ilustrar, as informações foram sistematizadas no quadro a seguir.

Quadro 5: Levantamento de Publicações sobre Serviço Social, Meio Ambiente e Educação Ambiental.

Serviço Social e Meio Ambiente			
Local da Publicação	Total de trabalhos com o tema Serviço Social e Meio Ambiente	Total de trabalhos com o tema Serviço Social e Educação Ambiental	Período
CAPEs	8	1	2011-2021
CBASS	51	10	2016 e 2018
Serviço Social e Sociedade	4	0	2011-2021
Total	63	11	-

Fonte: CAPEs; CBASS; Revista Serviço Social e Sociedade

Observa-se que há um número expressivo de publicações no CBASS, apesar dos dados se referirem a apenas dois eventos (XV e XVI). Pode-se concluir que esta cifra está relacionada a delimitação de uma sessão temática que inclui o tema, denominada de “Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social” e o Sub-Eixo “Ênfase em Questão Ambiental”. Este espaço estimula os profissionais a socializarem suas experiências e reflexões.

Ainda, no site da Capes apareceram três trabalhos que haviam sido publicados na Revista Serviço Social e Sociedade. Os demais advinham das Revistas: Em Pauta, Katálysis, Órbita Pedagógica e Textos & Contextos cujos anos de publicação eram diversificados. Destas, somente a Órbita Pedagógica não pertence a discussões específicas do Serviço Social.

Os trabalhos que tratavam especificamente de educação ambiental, por sua vez, apresentaram-se com um número bem reduzido, sendo do total de 63 apenas 11 trabalhos (17, 4%). Demonstra assim que apesar da categoria ser chamada a desenvolver projetos de mobilização, participação social e educação ainda é insipiente a produção de materiais teóricos sobre essas ações, bem como a educação ambiental não possui tanta evidência quando se trata das discussões teóricas sobre Serviço Social e Meio Ambiente. Neste sentido, o que os trabalhos retratam, em sua maioria, são: debates sobre o Serviço Social e sua inserção no meu ambiente, o acirramento da degradação ambiental e suas consequências para o social, discussões teóricas sobre a questão ambiental, a gestão ambiental pelo assistente social, entre outros.

Importante frisar que tal fato revela a necessidade de se estudar quais outros assuntos são abordados pela categoria no eixo Meio Ambiente para além das ações de educação ambiental, ampliando assim o debate sobre a atuação do assistente social neste campo. Também nos faz

questionar como pensar o Serviço Social inserido neste contexto sem dialogar com sua função pedagógica. E na educação ambiental como uma estratégia de enfrentamento da crise ambiental.

Conforme discussão teórica realizada anteriormente as ações de educação ambiental são estratégias para que o Serviço Social promova um debate crítico, participativo e ético a fim de alcançar um novo modelo de sociedade mais justa. Sendo assim, compreendendo a importância da educação ambiental fixou-se apenas a discutir os dados sobre os artigos que incluíam o tema de Serviço Social e Meio Ambiente nas três fontes já relacionadas: periódicos da Capes, nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS) e na Revista Serviço Social e Sociedade entre os anos de 2011 e 2021.

Foram encontrados onze (onze) artigos, produzidos por assistentes sociais, identificados pelos números 1 a 11, no intuito de refletir sobre: o tema discutido, o objetivo do artigo, o objetivo do projeto apresentado, as ações do Serviço Social, posicionamento quanto educação ambiental e identificar com qual vertente política ela está sendo executada. É possível visualizar no quadro abaixo, o local de publicação, ano e objetivo do trabalho dos quais discorreu-se.

Quadro 6: Publicação Serviço Social e Educação Ambiental: objetivo do artigo.

Tema: Serviço Social e Educação Ambiental			
Artigo	Local da Publicação	Ano	Objetivo da publicação
1	15º CBASS	2016	Relatar a experiência do Serviço Social no monitoramento dos projetos de educação ambiental executados pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Recife-PE.
2	15º CBASS	2016	Analisar a questão ambiental nos tempos atuais apreendendo a educação ambiental como mecanismo público para apreender novos olhares, educação, conscientização e sensibilização frente à questão ambiental.
3	15º CBASS	2016	Abordar a experiência de estágio no projeto de extensão a fim de observar a intervenção do Serviço Social frente às demandas ambientais.
4	15º CBASS	2016	Apontar os grandes desafios para o profissional assistente social frente à questão socioambiental.
5	15º CBASS	2016	Refletir sobre a importância da atuação do Serviço Social no tocante às questões ambientais, utilizando a educação ambiental como ferramenta de intervenção em comunidades empobrecidas.
6	15º CBASS	2016	Refletir sobre o Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental desenvolvido pelo Estaleiro Promar S.A/PE como parte das medidas mitigadoras dos impactos sociais negativos.
7	15º CBASS	2016	Relatar a experiência do grupo Zeladoria Ambiental criado a partir de ações do eixo de trabalho educação ambiental do projeto de Urbanização de Favelas do Jardim São Francisco/SP.
8	15º CBASS	2016	Discutir a necessidade do profissional de Serviço Social ter subsídios teóricos e metodológicos para a análise da interseção entre questão social e ambiental nos espaços de atuação e destaca a experiência de trabalho desenvolvida na política de assistência social.
9	15º CBASS	2016	Expor a atuação da equipe de assistentes sociais no empreendimento Barragem Oiticica em Jucurutu/RN.
10	CAPES	2019	Apresentar a temática do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental tendo como referência a importância da educação ambiental no contexto escolar à luz da atuação do Serviço Social.
11	16º CBASS	2019	Apresentar a proposta da Oficina Juventude(s) e Meio Ambiente, incluída no projeto de extensão do Programa de Educação Tutorial (PET) do Serviço Social.

Fonte: CAPES; CBASS; Revista Serviço Social e Sociedade

Dos 11 (onze) trabalhos, 8 (oito) relatam o exercício profissional dos assistentes sociais envolvendo ações de educação ambiental, sendo que os trabalhos identificados como os números 2, 4 e 5 efetivaram discussões teóricas. O número que discorre as experiências é satisfatório e demonstra que o Serviço Social tem atuado em campo com a educação seja em instituições públicas ou privadas com diferentes grupos e faixa etária. Curioso mencionar que o ano de publicação corresponde aos anos de realização do CBASS, uma vez que a maior parte dos trabalhos foram apresentados neste evento.

No que se refere ao objetivo dos projetos relatados pelo Serviço Social em sua maioria discorreram sobre a execução de ações educativas de cunho coletivo com público de diferentes faixas etárias. Assim, os grupos contemplados foram estudantes da rede pública (ensino básico e superior), trabalhadores do estaleiro, moradores de uma comunidade, entre outros, conforme descrito no quadro abaixo. Destes, os identificados pelos números 1, 3 e 10 foram executados em instituições de ensino. Os demais envolviam instituições públicas de assistência social e empresas privadas ligadas a execução de ações referente ao meio ambiente.

Quadro 7: Objetivo do projeto relatado pelo Serviço Social

Tema: Serviço Social e Educação Ambiental		
Artigo	Local da Publicação	Objetivo do projeto
1	15° CBASS	Formar educadores ambientais para intervir na problemática ambiental local.
3	15° CBASS	Sensibilizar os acadêmicos e comunidades adjacentes com programas e ações de caráter socioeducativos na conservação do meio ambiente.
6	15° CBASS	Ser um instrumento facilitador dos processos de remanejamento de população e divulgação de ações dentro do CIPS.
7	15° CBASS	Desenvolver ações coletivas no trato das questões voltadas ao meio ambiente na implantação de projetos no Jardim São Francisco e o desenvolvimento do território.
8	15° CBASS	Tratar do tema com crianças do Serviço de Convivência Infantil por meio de uma série de atividades contínuas.
9	15° CBASS	Incentivar a inclusão e o fortalecimento da dimensão ambiental em processo educativo, da população local, de modo a prevenir e minorar os impactos sobre o meio ambiente natural.
10	CAPES	Evidenciar a problemática da educação ambiental no contexto escolar e o papel exercido pelo Serviço Social.
11	16° CBASS	Provocar o debate reflexivo sobre os documentos planetários voltados à defesa do meio ambiente como direito fundamental e o papel das crianças e jovens na promoção do desenvolvimento sustentável.

Fonte: CAPES; CBASS; Revista Serviço Social e Sociedade.

É importante para este trabalho destacar as ações desenvolvidas, sendo que todos os projetos efetivaram atividades pedagógicas. Os projetos 3, 5, 6, 10 e 11, por sua vez, limitaram-se a executar apenas atividades de socialização de informações não deixando transparecer uma

intencionalidade crítica e/ou ações que rompam com a lógica de transpor informações. A exemplo, o artigo nº 11 apresentou um debate emancipatório sobre a participação dos jovens e seu protagonismo junto ao meio ambiente. Contudo, em suas oficinas ocorrem a socialização de conteúdos e distribuição de material informativo, sem propor ações que envolvam a comunidade e tomadas de decisões, apesar de citar tais atitudes em seus objetivos.

Já os projetos 1, 7, 8 e 9 posicionaram pela criação de espaços de participação, planejamento, avaliação e transformação da realidade vivenciada pelos sujeitos. Nestes, pode-se afirmar que as ações tinham um posicionamento crítico, emancipatório e democrático. Aliaram, além do envolvimento do público a interlocução com outras instituições e grupos.

Portanto, é possível extrair que os autores com posicionamento crítico têm na educação ambiental um movimento emancipatório, assim descrito no texto de nº 1:

É possível perceber mudanças significativas na abordagem dessa problemática nas escolas, demonstrando que a prática do Serviço Social deve potencializar o exercício da educação ambiental emancipatória, de modo a questionar as bases da destrutividade ambiental e sua relação com a sociabilidade capitalista. Dessa forma, pois, o Serviço Social contribui para que a intervenção na “questão ambiental” não se pautem em reformas pontuais, mas que esteja baseada na perspectiva transformadora, tendo como finalidade formar agente políticos que compreendam o espaço no qual estão situados, e que intervenham na realidade a fim de transformá-la (CORDEIRO; NEGREIROS E SILVA, 2016, p. 2).

Cabe ainda evidenciar os exemplos 1 e 8, realizados em instituições de ensino e com um posicionamento crítico, servem de referência para a autora na execução do Projeto de Intervenção proposto neste trabalho. Isto porque, eles objetivam a articulação e participação efetiva do público para além de propagar conhecimento sobre a preservação da natureza. Requer que os sujeitos sejam ativos e se apropriem desses espaços, multiplicando saberes e práticas.

O trabalho de nº 1 nos apresenta uma importante análise sobre os resultados de se implementar ações de educação ambiental no ambiente das instituições de ensino em conjunto com a comunidade:

[...] Por outro lado, também realizaram, junto à comunidade escolar, ações que estimulam à participação e o controle social, a fim de garantir a qualidade nos serviços públicos prestados à população, incentivando assim o exercício da cidadania, a exemplo de entrevistas com os moradores, com vistas a identificar as responsabilidades (população, poder público, setor produtivo) pelos problemas ambientais da comunidade, carta coletiva ao prefeito solicitando melhorias para o bairro, tendo possibilidade de contribuir e fortalecer as lutas sociais para transformação da realidade (CORDEIRO; NEGREIROS E SILVA, 2016, p. 10).

No quadro nº 8 estão descritas as ações efetivadas pelo Serviço Social nos projetos estudados, nas quais é possível fazer uma análise se elas proporcionam transpor a vertente comportamentalista.

Quadro 8: Ações desenvolvidas pelo Serviço Social na Educação Ambiental

Tema: Serviço Social e Educação Ambiental	
Artigo	Ações desenvolvidas
1	Formação de professores; acompanhamento dos projetos executados na escola; diagnóstico socioambiental local; incentivo a articulações entre escola e sociedade civil organizada; estímulo a ações de controle e participação social.
8	Encontros para desenvolvimento de brinquetos por meio de aproveitando de materiais; processo eleitoral para deliberar decisões; palestras com especialistas no centro comunitário.
9	Campanhas motivacionais; atividades de conscientização; divulgação do programa de educação ambiental por meio de mídias espontâneas e redes sociais; diagnósticos, palestras, cursos e oficinas; e elaboração de material divulgativo e didático.
11	Socialização de conteúdos teóricos; elaboração e distribuição de material informativo impresso.

Fonte: CAPES; CBASS; Revista Serviço Social e Sociedade

Por fim, analisou-se as concepções de educação ambiental identificada no debate teórico e na experiência relatada pelos assistentes sociais. Como já evidenciado na discussão sobre Serviço Social e Meio ambiente é visível que ainda existe um distanciamento entre os posicionamentos teóricos críticos e a prática profissional. Na concepção de educação ambiental apenas três artigos evidenciaram um discurso ecologista e comportamental, ou seja, de conscientizar o individual de suas atitudes sem transformar as estruturas sociais e econômicas da nossa sociedade. Apenas o trabalho de número 7 e 11 foram coerentes entre a abordagem teórica e o posicionamento político dos profissionais, uma vez que o primeiro defendeu a linha transformadora/crítica e o segundo a ecologista/comportamental.

Ainda, é interessante relatar que a maioria dos autores realizaram uma defesa teórica de uma educação crítica e na sua prática não a efetivaram. Não cabe aqui julgar a prática profissional dos envolvidos, pois conclui-se que a lógica instituída nos espaços de trabalho é com foco na sustentabilidade, na gestão da questão ambiental sem questioná-la. Ao Serviço Social é atribuída a difícil tarefa de transpô-la, o que só é possível por meio de práticas democráticas e emancipadora. Nas palavras das autoras do artigo nº 1:

Diante das demandas institucionais o Serviço Social, não raro se depara com requisições técnico-operativas marcadas pelo imediatismo, por ações que levam em conta apenas atitudes individuais. Assim, torna-se importante, para ultrapassar o imediatismo e o nível das ações gestonárias, realizar a mediação com a totalidade da “questão ambiental”, sendo conduzida pelo pensamento crítico [...] (CORDEIRO; NEGREIROS; SILVA, 2016, p.11).

O artigo nº 1 é um modelo interessante para nos mostrar os desafios impostos aos assistentes sociais, uma vez que a proposta do “Programa Educar para uma cidade sustentável” possui um viés comportamentalista ao afirmar uma relação com uma “mentalidade, atitude ou estratégia que é ecologicamente correta”, limitando-se apenas ao espaço escolar, as mudanças de comportamento. No entanto, observa-se que os autores em sua prática interventiva buscaram

[...] ultrapassar tal abordagem, incentivando junto aos professores um olhar crítico sobre a “questão ambiental”. Ao realizar o nosso monitoramento, salientamos a importância de transpor os muros da escola, refletindo sobre as problemáticas em sua relação com o sociometabolismo do capital, buscando o diálogo com o global e com a vizinhança (local) [...] (CORDEIRO; NEGREIROS; SILVA, 2016, p.9).

Portanto, no quadro 9 identificou-se que o projeto é ecologista e a ação desenvolvida pelos profissionais é crítica. Como exemplo de pensamento ecologista/comportamental, extraiu-se a fala dos autores do texto nº 6, os quais afirmam que

A análise dos relatórios expedidos pelo Promar, sobre a educação ambiental, revela que não há nestes qualquer menção à participação ou mesmo à mobilização da comunidade afetada pelo empreendimento para ações desenvolvidas, de forma que todas as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo empreendimento, no ano referido, foram voltadas aos funcionários e parceiros, desconsiderando as comunidades do entorno, especialmente a população que então residia na ilha de Tatuoca, retiradas da localidade por ocasião da instalação dos estaleiros Promar e Atlântico Sul. Assim, as atividades são direcionadas aos trabalhadores do empreendimento e fornecedores, de maneira que não há uma interlocução com a população afetada (FREITAS; SILVA; SILVA, 2016, p. 6).

Sendo assim, descreveu-se no quadro abaixo as concepções de educação ambiental identificadas nos debates e no projeto. Somente nos trabalhos 2, 4 e 5 não havia a descrição de projetos de educação ambiental.

Quadro 9: Concepções de Educação Ambiental identificada no debate e no projeto.

Tema: Serviço Social e Educação Ambiental		
Artigo	Concepção de E. A para o SSO	Concepção de E.A do projeto/ação desenvolvida
1	Transformadora/crítica	ecologista/foco na sustentabilidde
3	Crítica	Comportamental
6	Crítica	Ecologista/comportamental
7	Transformadora/crítica	Transformadora/crítica
8	Transformadora/crítica	comportamentalista
9	Ecologista/comportamental	Misto entre comportamentalista e a crítica
10	Transformadora/crítica	comportamentalista
11	Ecologista/comportamental	Ecologista/comportamental

Fonte: CAPES; CBASS; Revista Serviço Social e Sociedade

Naqueles que foi possível visualizar o posicionamento, a maior parte são de cunho ecologista/comportamentalista contrapondo-se aos discursos dos profissionais em sua grande maioria de julgamento ao sistema capitalista, a desigualdades sociais e ao conservadorismo.

Portanto, visualizou-se de um lado que a elaboração dos projetos de educação ambiental não consegue superar as doutrinas e referenciais teóricos oficiais de cunho ecologista publicados até então. Por outro, demonstra a fragilidade do Serviço Social na implementação de uma intencionalidade política nas ações pedagógicas, ocasionada pela escassez de problematização dos debates e capacitações sobre o tema no seio da categoria, bem como pela dificuldade de correlacioná-los aos textos marxistas – referencial teórico para a profissão.

Como mencionado neste trabalho a inserção do Serviço Social na educação ambiental desenvolvida pelo IDAF é recente, cuja experiência apresenta-se como um desafio. Ao mesmo tempo que requer desta profissão o exercício de sua dimensão ética-política, principalmente. Observa-se no fazer profissional no Idaf, também como educador ambiental, a necessidade de aperfeiçoamento teórico e metodológico, assim como a superação de visões ecologista.

Paralelo a isto, por ser recente a criação de um setor específico para desenvolver ações de educação ambiental as propostas ainda estão em construção na instituição. Cabe destacar a insuficiência do Instituto na articulação interinstitucional, requerendo do Serviço Social a realização de um diagnóstico, levantamento de parcerias e novas articulações. O fato de o Idaf ser um órgão fiscalizador, suas ações são interpretadas como “punitivas” e requer que o educador desconstrua visões e construa empatia com seu público para alcançar os objetivos

educativos. Isto porque, compreende-se a educação como uma via de mão dupla, onde discentes e docentes constroem saber com colaboração.

Por fim, os resultados desta pesquisa propõem auxiliar na construção de estratégias para a execução de ações pedagógicas e sociais pelos assistentes sociais no contexto da educação ambiental no Idaf e contribui para avaliar o caminho percorrido na última década por este profissional. As experiências contribuíram para pensar o projeto de intervenção, a necessidade de se ultrapassar os muros das instituições de ensino e alcançar a sociedade, isto pensado no projeto através da gravação de podcasts e envolvimento da mídia local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar sobre a relação entre o Serviço Social e a educação ambiental remete a debates já inseridos na profissão, como por exemplo, a escolha de recursos metodológicos, posicionamento político e ético a ser adotado. Na educação ambiental, por sua vez há o desafio de superar velhos discursos que se pretende alinhar desenvolvimento econômico, qualidade de vida e meio ambiente saudável sem alterar as estruturas sociais e econômicas.

No interior do Serviço Social conclui-se que carece de aprimoramento teórico-metodológico para a execução de uma educação ambiental que contribua para ultrapassar uma sociedade em esgotamento e violadora da natureza. Portanto, a educação ambiental é um instrumento para exercer o protagonismo, a emancipação e garantia de direitos ambientais e sociais. Importante frisar a necessidade ampliar o debate sobre a atuação do assistente social neste campo e pensar a educação ambiental como uma estratégia de enfrentamento da crise ambiental.

Tomando como referência os artigos analisados são muitas as provocações como observado na contradição entre discurso e prática nos projetos executados pelo Serviço Social. Os profissionais devem atentar-se para que suas ações, além de promover a construção de saberes, criem espaços de transformação da realidade, mobilização e participação social no alcance de uma sociedade mais justa e sustentável, numa relação íntima entre ser humano e natureza. Por este motivo, o Serviço Social não pode renunciar seu caráter pedagógico e político.

Diante o exposto, a pesquisa contribuiu para levantar novos debates sobre o Serviço Social e Meio Ambiente, conhecer as ações pedagógicas exercidas pelos assistentes sociais e aprimoramento profissional da autora. Debruçar-se sobre o tema levou a autora a questionar se sua prática no Idaf possui um caráter político, ético e educativo.

Por fim, sugere-se a realização de formações iniciais e continuadas dentre do Instituto visando formar educadores sociais, a disseminação de ações educativas e a formalização de parcerias com instituições que desenvolvem educação ambiental ou desejem iniciá-la. Por este motivo sugeriu-se a implementação de um projeto de educação ambiental em conjunto com o IFES, buscando estreitar parceria em um espaço privilegiado para atividades educativas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 16 de out. 2022.
- BRASIL. Lei Federal 6.938. **Política Nacional de Meio Ambiente**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portal de Periódicos. Brasília. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.
- CARMEM IRIGALBA, A. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: DOMINGOS GÓMEZ, J. A; GAONA PÉREZ, A; VÁZQUEZ AGUADO, O. (Orgs). **Serviço Social e Meio Ambiente**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-26.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **CFESS Manifesta**. Dia Mundial do Meio Ambiente. Brasília (DF), 5 jun. 2012. Disponível em: [cfessmanifesta2012_diamundialambiente-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/manifesta2012_diamundialambiente-SITE.pdf). Acesso em: 06 mar. 2022.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15, 2016, Olinda. **Anais eletrônicos...** Olinda: CBASS, 2016. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/archive>. Acesso em: 19 maio 2022.
- _____, 16, 2019. Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: CBASS, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/archive>. Acesso em: 19 maio 2022.
- CORDEIRO, M. G.; NEGREIROS, E. P. E. V. DE; SILVA, R. G. DE O. Educação ambiental e serviço social: os desafios do exercício profissional junto a rede pública de ensino. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15, 2016, Olinda. **Anais eletrônicos...** Olinda: CBASS, 2016. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/archive>. Acesso em: 19 mai. 2022.
- COTONHOTO, L. A. **Aprendizagem baseada em projetos**. Ambiente Virtual de Aprendizagem. Ifes: Vitória, 2021. Disponível em: <https://ava.cefor.ifes.edu.br/mod/book/view.php?id=652961>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- DAMIANI, M. F.; NEVES, R de A. **Vygotsky e as teorias da aprendizagem**. UNIrevista – Vol.1, nº2, abril, 2006. Disponível em: https://ava.cefor.ifes.edu.br/pluginfile.php/1076698/mod_resource/content/2/Vygotsky%20e%20as%20teorias%20da%20aprendizagem.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

EIDT, M. N; PASQUALINI, C. J. **A relação professor-aluno à luz de diferentes abordagens da psicologia**. Horizontes: Revista de Educação. Dourados, MS, nº 1, v 1, jan. a jun. de 2013.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO (ENAP). Elaboração de políticas, programas e projetos voltados ao desenvolvimento humano e sustentável. **Escola Virtual de Governo - EVG**. Brasília, 2021a. Disponível em: <https://mooc38.escolavirtual.gov.br/course/view.php?id=5978>. Acesso em: 24 jun. 2022.

_____. Elaboração de políticas, programas e projetos voltados ao desenvolvimento humano e sustentável. **Escola Virtual de Governo -EVG**. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://mooc38.escolavirtual.gov.br/course/view.php?id=5827>. Acesso em: 24 jun. 2022.

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE. **Guia Podcast**. Recife, 2019. Disponível em: https://www.fps.edu.br/ead/images/GUIA_pODCAST03.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

FILHO, J. R. F; RABELO, L. M.; SANT'ANA, A. P; TREINTA, F. T. **Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão**. Niterói. Production. Production, v. 24, n. 3, July/Sept. 2014.

FONSECA, R. **O método científico e os tipos de pesquisa**. Ambiente Virtual de Aprendizagem. Ifes: Vitória, 2021. Disponível em: <https://ava.cefor.ifes.edu.br/mod/page/view.php?id=653092>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FREITAS, R. DE C. M; NÉLSIS, C. M; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100005>. Acesso em: 07 mar. 2022.

FREITAS, E. N. C. DE; SILVA, M. DAS G. E; SILVA, R. G. DE O. Gestão ambiental pública no Estaleiro Promar S.A/ PE: o caráter contraditório da mitigação sobre os afetados pelos impactos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15, 2016, Olinda. **Anais eletrônicos...** Olinda: CBASS, 2016. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/archive>. Acesso em: 19 mai. 2022.

GADOTTI, M. **O Pensamento pedagógico crítico**. In: Histórias das ideias pedagógicas. São Paulo, Editora Ática, 1995.

GARCIA, A.; TANNOUS, S. **Histórico e evolução da educação ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente**. Nucleus, v.5, n.2, out. 2008. Disponível em: <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/131>. Acesso em: 29 set. 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.28, n.91, p.5-33, set. 2007.

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO (IDAF). **Plano de Educação Sanitária e Ambiental** (2019- 2022). Vitória, 2019.

HIRAI, W. G.; PONTES, J. R. A. A; SILVA, L. A. F. DA. Homem e sua relação com a natureza e o surgimento da educação ambiental como uma demanda para o Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15, 2016, Olinda. **Anais eletrônicos...** Olinda: CBASS, 2016. Disponível em:

<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/archive>. Acesso em: 19 mai. 2022.

HUBNER, A. **Teorias da Aprendizagem**. Aula 3 - Ambiente Virtual de Aprendizagem. Ifes: Vitória, 2021. Disponível em: <https://ava.cefor.ifes.edu.br/mod/page/view.php?id=652942>. Acesso em: 05 abr. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

LIMA, E. C. A. S. **O conhecimento psicológico e suas relações com a educação**. Em Aberto, Brasília, ano 9, nº 48, out./dez.1990.

LOUREIRO, C. F. B. **Emancipação, Complexidade e Método Dialético Histórico: para o repensar das tendências em Educação Ambiental**. S/D. Disponível em:

<http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/CarlosL.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

_____. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1473-1494, Set./Dez. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LOUREIRO, C. F. B.; NOVICKI, V; TOZONI-REIS, M. F. De C.; TREIN, E. Contribuições da Teoria Marxista para a Educação Ambiental Crítica. **Cad. Cedes**, Campinas, n. 77, v. 29, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000100006>. Acesso em: 29 set. 2021.

MASCARENHAS, R. M. Questão Ambiental no Serviço Social, afinal do que se trata? **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 381-396, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/33255>. Acesso em: 06 marc. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25ª Ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.

MORAIS, C. **Tendências pedagógicas brasileiras**. Ambiente Virtual de Aprendizagem. Ifes: Vitória, 2021. Disponível em: <https://ava.cefor.ifes.edu.br/course/view.php?id=12098>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MORAN, J. **Como transformar nossas escolas**. Novas formas de ensinar a alunos sempre conectados. Ambiente Virtual de Aprendizagem. Ifes: Vitória, 2021. Disponível em: https://ava.cefor.ifes.edu.br/pluginfile.php/1392633/mod_resource/content/3/Como%20transformar%20nossas%20escolas%20Jos%C3%A9%20Moran.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

NETO, G. Z. **Tendências Pedagógicas**. Ambiente Virtual de Aprendizagem. Ifes: Vitória, 2021. Disponível em: <https://ava.cefor.ifes.edu.br/mod/book/view.php?id=652961>. Acesso em: 13 mar. 2021.

RAMOS, E. C. **Educação ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais. Uma avaliação crítica**. 1996. Dissertação (Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1996. 140f. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/29517/D_ELIS.... Acesso em: 29 set. 2021.

REIGOTA, M. Prefácio. In: DOMINGOS GÓMEZ, J. A; GAONA PÉREZ, A; VÁZQUEZ AGUADO, O (Orgs). **Serviço Social e Meio Ambiente**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 7-10.

RODRIGUES, N. **Educação: da formação humana à construção do sujeito ético**.

Educação & Sociedade, ano XXII, n.º 76, Outubro/2001. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000300013&script=sci_abstract&tlng=pt)

[73302001000300013&script=sci_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000300013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 abr. 2021.

SALVADOR, J. D. L. **Serviço Social e política de Educação ambiental no Tocantins**.

Revista Multidebates, Palmas-TO, n.1, v. 2, março de 2018. Disponível em:

<https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/78>. Acesso em: 18 jul.

2021.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012. Disponível

em: https://www.unioeste.br/portal/arquivos/phc/D_Saviani_Escola_e_democracia.pdf.

Acesso em: 3 abr. 2021. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**.

Campinas, Autores Associados, 2011. P. 11-21.

SCHONS, S. M. A questão ambiental e a condição da pobreza. **Katálisis**, Florianópolis, v.

15, n. 1, p. 70-78, jan./jun. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100005>.

Acesso em: 07 mar. 2022.

SILVA, M. das G. e. **Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”: o**

Desenvolvimento Sustentável e ação do Serviço Social. 2008. Tese (Doutorado em Serviço

Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de

Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9370>. Acesso em: 06 mar. 2022.

SOUZA, M. A. de. **Prática Pedagógica: Conceito, características e inquietações**. Ambiente Virtual de Aprendizagem. Ifes: Vitória, 2021. Disponível em:

https://ava.cefor.ifes.edu.br/pluginfile.php/1290160/mod_resource/content/1/PRA%CC%81TICA%20PEDAGO%CC%81GICA%20CONCEITO%2C%20CARACTERI%CC%81STICAS%20E%20INQUIETAC%CC%A7O%CC%83ES.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.